

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº

/2006.

***Promove a revisão do Plano Diretor do
Município do Recife.***

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 26 e 54, III, da Lei Orgânica do Município do Recife, e em conformidade com o § 2º do art. 362 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife, encaminha o seguinte substitutivo ao Projeto de Lei 06/2006:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em atendimento ao disposto no art. 182, § 1º, da Constituição Federal, ao art. 104 da Lei Orgânica do Município do Recife e às disposições constantes da Lei Nacional nº 10.257 de 10 de julho de 2001, a política de gestão urbana do Município do Recife será regulada de acordo com este Plano Diretor.

TÍTULO II

**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS, DAS DIRETRIZES E DOS
OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE GESTÃO URBANA**

CAPÍTULO I

**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA DE GESTÃO
URBANA**

Art. 2º A política de gestão urbana do Município do Recife observará os seguintes princípios fundamentais:

- I – função social da cidade;
- II – função social da propriedade urbana;
- III – sustentabilidade;
- IV – gestão democrática.

Art. 3º A função social da cidade do Recife corresponde ao direito de todos ao acesso à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, transporte, saúde, educação, assistência social, lazer, trabalho e renda, bem como a espaços públicos, equipamentos, infra-estrutura e serviços urbanos, ao patrimônio ambiental e cultural da cidade.

Art. 4º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais da ordenação da cidade expressas neste Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas na legislação urbanística e quando for utilizada para:

- I – habitação, especialmente de interesse social;
- II – atividades econômicas geradoras de trabalho, emprego e renda;
- III – proteção e preservação do meio ambiente;
- IV – proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural;
- V – equipamentos e serviços públicos;

VI – usos e ocupações do solo compatíveis com a infra-estrutura urbana disponível.

Parágrafo único. A atuação do Poder Público deverá garantir o cumprimento pelo proprietário das condições estabelecidas, em função do interesse social, ao exercício do direito de propriedade.

Art. 5º A sustentabilidade urbana é entendida como o desenvolvimento local equilibrado nas dimensões sociais, econômica e ambiental, embasado nos valores culturais e no fortalecimento político-institucional, orientado para a melhoria contínua da qualidade de vida das gerações presentes e futuras, apoiando-se:

- I – na promoção da cidadania, justiça social e inclusão social;
- II – na valorização e requalificação dos espaços públicos, da habitabilidade e da acessibilidade para todos;
- III – na ampliação das oportunidades através do trabalho, da educação e da cultura;
- IV – na melhoria da qualidade de vida na promoção da saúde pública e do saneamento básico e ambiental;
- V – na recuperação, proteção, conservação e preservação dos ambientes natural e construído, incluindo-se o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico;
- VI – na potencialização da criatividade e do empreendedorismo para o desenvolvimento da economia, da cultura, do turismo, do lazer e dos esportes;
- VII – na participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento, gestão e controle social;
- VIII – na ampliação e manutenção da infra-estrutura urbana e dos serviços públicos;
- IX – no incentivo ao desenvolvimento das atividades econômicas geradoras de emprego, garantia do trabalho e renda;
- X – no incentivo e fomento à atividade econômica de forma articulada com os demais municípios da Região Metropolitana.

Art. 6º A gestão democrática é entendida como o processo decisório no qual há a participação direta dos cidadãos individualmente ou através das suas organizações representativas na formulação, execução e controle da política urbana, garantindo:

I – a transparência, a solidariedade, a justiça social e o apoio na participação popular;

II – a ampliação e a consolidação do poder dos cidadãos e de suas organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações através de conselhos e fóruns;

III – a consolidação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão das políticas públicas e descentralização das ações do governo municipal;

IV – a capacitação em conjunto com a sociedade civil;

V – o estímulo aos conselhos e outras entidades do movimento popular;

VI – a instituição de espaços para discussão, avaliação e monitoramento sobre a execução do Plano Diretor do Recife.

Parágrafo único. Os conselhos e fóruns serão integrados por representantes da sociedade civil e do poder público e terão caráter deliberativo e controlador das políticas públicas municipais, inclusive em relação à elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, resguardadas as competências constitucionais dos Poderes Executivo e Legislativo.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE GESTÃO URBANA

Art. 7º A política de gestão urbana do Município do Recife observará as seguintes diretrizes:

I – integração do Recife na sua região metropolitana, articulando as suas infra-estruturas físicas e recursos naturais, bem como determinados serviços com os dos municípios a ele conurbados;

II – promoção de condições de habitabilidade por meio do acesso de toda a população à terra urbanizada, à moradia adequada e ao saneamento ambiental bem como da garantia de acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos com equidade e de forma integrada;

III – implementação de estratégias de ordenamento da estrutura espacial da cidade, valorizando os elementos naturais, assegurando a toda população o acesso à infra-estrutura, equipamentos e políticas sociais e promovendo o equilíbrio ambiental;

IV – melhoria da qualidade do ambiente urbano por meio da recuperação, proteção, conservação e preservação dos ambientes natural, construído e paisagístico;

V – ordenação e controle do uso e ocupação do solo com vistas a respeitar as condições ambientais e infra-estruturais e valorizar a diversidade espacial e cultural da cidade com as suas diferentes paisagens formadas pelo patrimônio natural e construído, elementos da identidade do Recife;

VI – proibição da utilização inadequada e da retenção especulativa de imóveis urbanos, bem como o parcelamento do solo, o adensamento populacional e o uso das edificações de forma incompatível com a infra-estrutura urbana disponível e com o crescimento planejado da cidade;

VII – garantia da efetiva participação da sociedade civil no processo de formulação, implementação, controle e revisão do Plano Diretor do Recife, assim como dos planos setoriais e leis específicas necessárias à sua aplicação;

VIII – promoção e fortalecimento da dinâmica econômica de forma compatível com o padrão de sustentabilidade ambiental mediante regulação da distribuição espacialmente equilibrada e o estímulo à implantação de atividades que promovam e ampliem o acesso ao trabalho, emprego e renda;

IX – redução dos custos tarifários dos serviços públicos para os usuários de baixa renda e garantia do serviço universalizado e com qualidade para a efetivação da política urbana;

X – ordenação e controle do uso e ocupação do solo com vistas a respeitar e valorizar a permeabilidade do solo e o uso adequado dos espaços públicos;

XI – execução e implementação de projetos e obras de infra-estrutura necessários e imprescindíveis ao desenvolvimento estratégico do Recife como cidade metropolitana, na proporção da sua expectativa de crescimento como pólo econômico, tecnológico, científico, turístico e cultural, de abrangência regional, obedecendo-se os estudos de impacto ambiental, de vizinhança e outros que se fizerem necessários;

XII – implementação da legislação para os usos incompatíveis e inconvenientes, tais como os que afetam as condições de moradia, repouso, trabalho, segurança e circulação, bem como operacionalização da respectiva fiscalização continuada e dos meios eficazes para punir e sanar as irregularidades geradas pelos infratores.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE GESTÃO URBANA

Art. 8º A política de gestão urbana do Município do Recife tem os seguintes objetivos gerais:

I – ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana garantindo o direito à cidade sustentável, abrangendo como

o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – integrar e racionalizar as infra-estruturas físicas e naturais, bem como dos serviços públicos dos municípios conurbados ao Recife;

III – reconhecer a diversidade espacial como elemento da paisagem do Recife;

IV – ampliar os espaços públicos e reconhecer sua importância como áreas essenciais para a expressão da vida coletiva;

V – manter e ampliar os programas de preservação do patrimônio natural e construído e incentivar a sua conservação e manutenção;

VI – promover e garantir o direito à moradia digna, inclusive a regularização fundiária, através de programas e instrumentos adequados às populações de baixa renda;

VII – promover o acesso às políticas públicas, aos equipamentos e serviços públicos;

VIII – definir intervenções urbanísticas com participação do setor privado;

IX – recuperar para a coletividade a valorização imobiliária decorrente dos investimentos públicos.

TÍTULO III

DAS DIRETRIZES SETORIAIS DA POLÍTICA DE GESTÃO URBANA

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES INTERSETORIAIS

Art. 9º A Política Municipal de Gestão Urbana, em conjunto com as demais políticas sociais e de desenvolvimento econômico, deverá ser executada por todos os órgãos da Administração Municipal, observada a heterogeneidade e a desigualdade sócio-territorial, de forma descentralizada, na perspectiva da intersectorialidade, com o fim de promover a inclusão política, sócio-econômica, espacial e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Art. 10. A gestão intersectorial das diversas políticas sociais observará as seguintes diretrizes:

I – articulação entre os vários conselhos e políticas, com vistas à efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de ações intersectoriais;

II – instituição de Fórum dos Conselhos, fortalecendo-os enquanto instâncias de promoção e controle social das ações intersectoriais;

III – elaboração, a partir de recortes territoriais, de diagnósticos e planos locais com a participação da população;

IV – criação de mecanismos de participação popular e exercício da democracia direta em processos de decisão de ações intersetoriais;

V – fortalecimento dos espaços de articulação entre as diversas políticas sociais a partir da criação de câmaras intersetoriais, compostas por representantes de órgãos, secretarias, movimentos sociais e população em geral, inclusive nas Regiões Político-Administrativas - RPA's e microrregiões;

VI – instituição de política de comunicação e divulgação das ações intersetoriais;

VII – realização das conferências setoriais, respeitando as deliberações e apresentando proposições a Conferência da Cidade;

VIII – garantia do caráter intersetorial da Conferência da Cidade de modo que suas deliberações sejam objeto do Fórum dos Conselhos.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Seção I

Das Atividades Econômicas

Art. 11. A Política de Desenvolvimento Econômico e Social do Município do Recife, definida nesta lei, articulada com a promoção do desenvolvimento econômico, social, sustentável e solidário, visará à justiça e à inclusão social com melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 12. A Política Municipal de Gestão Urbana para o desenvolvimento econômico observará as seguintes diretrizes:

I – consolidação do Recife como pólo regional de aglomeração de serviços e comércio;

II – instalação e consolidação de atividades produtivas em áreas com disponibilidade de infra-estruturas e compatíveis com os padrões de sustentabilidade ambiental;

III – regularização e regulamentação das atividades econômicas existentes, através de critérios definidos em lei;

IV – incentivo às iniciativas de produção cooperativa, ao artesanato, às empresas e às atividades desenvolvidas por meio de micro e pequenos empreendimentos ou estruturas familiares de produção e de populações tradicionais;

V – instalação, por meio de investimentos públicos ou privados, de infraestrutura de empreendimentos tecnológicos, geradores de emprego, renda e de inclusão social;

VI – fixação de condições apropriadas para o revigoramento dos setores econômicos tradicionais;

VII – aprimoramento da infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades de cultura, turismo e entretenimento como fontes geradoras de trabalho, emprego, riqueza e de qualidade de vida;

VIII – incentivo à instalação de empreendimentos de grande porte nas áreas periféricas, definindo critérios para a sua integração com os distritos industriais dos municípios vizinhos e com a infra-estrutura existente, garantindo a sustentabilidade ambiental e a incorporação de mão de obra local;

IX – incentivo à instalação de incubadoras de alta tecnologia próximas às universidades e aos centros de pesquisa;

X – articulação metropolitana através de programas e projetos de desenvolvimento econômico integrando a indústria, o comércio, o lazer, os serviços e a agropecuária;

XI – implantação de empreendimentos econômicos com a política urbana através dos instrumentos do Estatuto da Cidade;

XII - políticas de desenvolvimento econômico em consonância com a preservação ambiental e investimentos que privilegiem a distribuição de renda e riqueza, e ampliação da oferta de empregos, com remuneração digna e a preservação dos direitos sociais e trabalhistas;

XIII – prioridade em programas e instalação de atividades geradoras de emprego e trabalho em áreas pobres, tornando-as adequadas às infra-estruturas;

XIV – ações de controle urbano e de melhoria dos espaços e serviços públicos, visando à atração de atividades econômicas que promovam geração de emprego, renda e inclusão social, em áreas propícias ao funcionamento e/ou instalação de pólos de desenvolvimento tecnológico;

XV – parcerias e ações integradas com outros agentes promotores do desenvolvimento, públicos e privados, governamentais e institucionais.

Parágrafo único. O Plano de Desenvolvimento Econômico do Recife definirá critérios locacionais, diretrizes e procedimentos para a regularização das atividades econômicas, em especial, para as áreas de interesse social, e para o fortalecimento de cadeias produtivas geradoras de trabalho.

Seção II

Do Turismo

Art. 13. Cabe ao Poder Executivo municipal promover e incentivar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico com justiça e inclusão social.

Art. 14. A Política Municipal de Turismo tem como objetivos:

I – incorporar o trabalho e a cultura das populações da Região Metropolitana do Recife como fator de divulgação e potencialização do produto turístico e inclusão social;

II – articular programas e ações turístico–culturais com os demais municípios da Região Metropolitana do Recife;

III – promover programas, projetos e ações turísticas integradas com a dinâmica das atividades sociais, econômicas, culturais e de lazer realizadas pelo município e na Região Metropolitana do Recife;

IV – promover atividades de ecoturismo com vistas à conservação, preservação e recuperação do patrimônio ambiental do Recife;

V – fomentar e potencializar ações comunitárias para o desenvolvimento do turismo na perspectiva de justiça e igualdade social.

Art. 15. Para a consecução dos objetivos previstos no art. 14, a Política Municipal de Turismo observará as seguintes diretrizes:

I – definição do produto turístico da cidade e sua segmentação;

II – geração de imagem de fácil identificação com o produto definido e de fácil divulgação, assimilação e consonância com os diferentes mercados e segmentos potenciais, garantindo a diversidade cultural e étnica da cidade;

III – garantia da qualidade da experiência do visitante pela disponibilização adequada dos atrativos turísticos, da infra-estrutura urbana e dos serviços a serem por ele utilizados;

IV – combate e erradicação do turismo sexual, em especial de crianças e adolescentes;

V – reconhecimento das áreas não consolidadas e atrativas para o turismo como prioritárias para investimentos em infra-estrutura, controle urbano dos espaços públicos e incentivos à preservação de suas características singulares, levando-se em conta os interesses sociais com geração de emprego, renda, preservação do patrimônio histórico e ambiental.

CAPÍTULO III

DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Seção I

Da Educação

Art. 16. A educação deve ser entendida como processo que se institui na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, e deve ser fundada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando no campo da ética, da cidadania e da qualificação profissional.

Art. 17. A Política Municipal de Educação, para assegurar o acesso à educação infantil e, com prioridade, ao ensino fundamental, em regime de colaboração com os demais entes federativos, observará as seguintes diretrizes:

I – consolidação da Gestão Democrática no Sistema Municipal de Ensino ancorada nas lutas dos movimentos sociais em defesa dos direitos, em especial à educação escolar de qualidade;

II – inserção cidadã das crianças, dos adolescentes, dos jovens e dos adultos no processo de consolidação das sociedades democráticas;

III – articulação da política de educação com o conjunto de políticas públicas, em especial a política urbana e ambiental, como instrumento educacional de percepção da cidade.

Parágrafo único. A Gestão Democrática do Sistema Municipal de Ensino se consolidará por meio de Conselhos Escolares, Comissões Regionais de Controle Social da Qualidade do Ensino, Conferência Municipal de Educação, e Conselho Municipal de Educação, inserindo sua atuação no processo de elaboração e implementação democrática do orçamento público.

Seção II

Da Saúde

Art. 18. A Política Municipal de Saúde deverá ser implementada por meio de políticas públicas que elevem o padrão de vida da população, assegurando a construção de uma cidade saudável com ampla garantia de cidadania.

Parágrafo único. As políticas públicas na saúde devem ser estruturadas de forma conjunta, através de mecanismos de articulação interinstitucional como o Conselho da Cidade.

Art. 19. A Política Municipal de Saúde, quando da implementação da rede pública, observará as seguintes diretrizes, desenvolvidas a partir daquelas firmadas para o Sistema Único de Saúde:

I - universalização da assistência à saúde a todo cidadão e cidadã;

II – garantia de um sistema de saúde igualitário, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

III – promoção da integralidade da assistência, entendida como o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso;

IV - incentivo ao controle e à participação social nas ações da política de saúde;

V - promoção da municipalização e da descentralização do sistema de saúde;

VI – articulação de programas e de ações da política de saúde com as demais políticas do Município e da Região Metropolitana do Recife, em especial as políticas urbanas e ambientais.

Art. 20. As ações e serviços de saúde de menor grau de complexidade deverão ser prestados em unidades de saúde localizadas próximas ao domicílio do usuário, priorizando áreas de maior risco e as ações especializadas, devendo as ações e serviços que requeiram maior grau de complexidade ser prestadas por meio das unidades de referência dos distritos sanitários.

Art. 21. O Sistema Municipal de Saúde será implementado através dos órgãos integrantes de rede regionalizada e hierarquizada no Município, com prioridade para as populações de risco sócio-ambiental e sanitário, assegurada a autonomia dos distritos sanitários e melhoria do serviço prestado à população.

Art. 22. A gestão da Política Municipal de Saúde adotará o Programa de Saúde da Família como modelo para a realização de serviços a serem prestados.

§ 1º As ações do sistema priorizarão o atendimento à população em situação de vulnerabilidade social, ambiental e sanitária, levando-se em consideração o perfil epidemiológico da população e as dimensões de gênero, raça e geração.

§ 2º O Sistema de Informações de saúde deverá ser consultado quando da priorização de localidades para intervenções urbanístico-ambientais e infra-estruturais.

Seção III

Da Assistência Social

Art. 23. A Assistência Social, compreendida como política de seguridade social não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado, deve ser realizada de forma integrada às políticas setoriais, visando a diminuição das desigualdades sócio-territoriais, à garantia dos direitos sociais.

Art. 24. A Política Municipal de Assistência Social tem como objetivos:

I – garantir a proteção ao cidadão que, por razão pessoal, social ou de calamidade pública, encontrar-se, temporária ou permanentemente, sem condições de manter padrões básicos e satisfatórios de vida;

II – promover a inserção produtiva e a autonomia econômica das pessoas em situação de vulnerabilidade;

III – prevenir as situações circunstanciais de vulnerabilidade, exercendo permanente vigilância social para manutenção e ampliação do padrão básico de inclusão social alcançado;

IV – contribuir para inclusão e equidade dos usuários ampliando o acesso aos bens e serviços sócio-assistenciais básicos e especiais;

V – garantir a convivência familiar e comunitária;

VI – integrar a Assistência Social às demais políticas públicas para a promoção da autonomia social e econômica, do protagonismo e do convívio social.

Art. 25. A Política Municipal de Assistência Social observará as diretrizes fixadas na Lei Orgânica da Assistência Social e especialmente:

I – gestão municipal descentralizada e autônoma, que assegure a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia;

II – participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação e controle da Política de Assistência Social, através de conselhos deliberativos, conferências e fóruns ampliados de assistência social, de direitos da criança e do adolescente, de direitos da pessoa idosa, de direitos da pessoa com deficiência, da mulher e de direitos humanos;

III – cooperação técnica, administrativa e financeira com a União, com o Estado e com outros Municípios, em consonância com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

IV – primazia da responsabilidade do Poder Público Municipal na formulação, coordenação, financiamento e execução da Política de Assistência Social;

V – centralidade na família para a concepção e implementação das ações de Assistência Social;

VI – política municipal de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, da juventude, do idoso e da pessoa com deficiência;

VII – desenvolvimento de articulações intersetoriais e interinstitucionais para possibilitar ao cidadão o alcance às várias políticas públicas;

VIII – organização do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social Municipal em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

IX – regulamentação de benefícios eventuais como previstos na Lei Orgânica de Assistência Social;

X – utilização compartilhada dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente destinados ao financiamento dos programas, projetos, ações e serviços de Assistência Social;

XI – organização de sistema integrado de segurança e garantias sociais em consonância com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS com os municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife;

XII - fomento a estudos e pesquisas para identificação de demandas e produção de informações que subsidiem o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social;

XIII – monitoramento e avaliação contínuos da implementação e dos resultados e impactos da Política de Assistência Social;

XIV – fixação de parâmetros e normatização dos padrões de atendimento na rede municipal e conveniada.

Art. 26. Para a consecução dos objetivos previstos no art. 24 desta Lei, a Política Municipal de Assistência Social observará as seguintes diretrizes específicas:

I – estruturação da Rede Municipal de Assistência Social para a consolidação do sistema regionalizado de garantias e segurança sociais;

II – reestruturação da Rede de Acolhida Temporária para promoção da inclusão de crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de rua e vulnerabilidade social na cidade do Recife;

III – implementação dos programas, projetos, serviços e benefícios da Assistência Social na promoção do convívio familiar e comunitário, da autonomia social e do desenvolvimento local.

Seção IV

Da Cultura

Art. 27. A cultura, direito social básico, deverá proporcionar o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

Art. 28. A Política Municipal de Cultura tem como objetivos:

I – desenvolver a cultura em todos os seus campos como afirmação de identidade;

II – universalizar e democratizar o acesso aos equipamentos, aos serviços e às ações culturais, visando a integração centro e periferia;

III – inserir a cultura no processo econômico como fonte de geração e distribuição de renda;

IV – consolidar o Recife no âmbito nacional e internacional da cultura;

V – implementar um modelo de gestão transparente, democrático e participativo;

VI – viabilizar uma política cultural ampla e integrada na Região Metropolitana do Recife;

VII – dar visibilidade, estimular e valorizar a produção cultural local;

VIII – estimular, através da arte, o exercício da cidadania e da auto-estima dos recifenses, especialmente dando aos jovens uma perspectiva de futuro com dignidade;

IX – assegurar o pleno funcionamento de equipamentos referentes aos bens e serviços culturais do Município;

X – desenvolver programas para a população de baixa renda na criação, produção e fruição dos bens culturais.

Art. 29. Para a consecução dos objetivos previstos no art. 28 desta Lei, a Política Municipal de Cultura observará as seguintes diretrizes:

I – ações e eventos culturais com democratização, descentralização, promoção de intercâmbio cultural e valorização da cultura local;

II – Consideração da cultura como meio como forma de consecução do desenvolvimento econômico e social, integrada no espaço metropolitano;

III – otimização e democratização dos equipamentos culturais do Recife;

IV – democratização da gestão cultural, promovendo a participação dos diversos segmentos envolvidos com a cultura no Município, através do Conselho Municipal de Cultura, do Fórum de Cultura do Orçamento Participativo e da realização de Conferências Municipais de Cultura;

V – democratização e modernização da gestão da Secretaria de Cultura, buscando agilizar o atendimento ao público e a valorização dos servidores;

VI – articulação e integração dos equipamentos culturais públicos e privados no Sistema Nacional de Cultura;

VII – incentivo e fomento aos espaços culturais, públicos e privados, existentes e a serem criados, dotando-os de infra-estrutura, acessibilidade e articulação com os equipamentos aglutinadores.

Art. 30. As áreas do Município do Recife em que inexistam equipamentos culturais terão prioridade na implantação de unidades **estruturadoras**, que funcionem como espaços de formação, produção e difusão cultural, com programa básico que contemple cine-teatro, biblioteca, estúdio de som e salas para ensino e desenvolvimento de atividades produtivas nas áreas de música, artes cênicas, editoração, artes plásticas, *design*, fotografia, dentre outras.

Parágrafo único. Na implantação de equipamentos aglutinadores nas Regiões Político-Administrativas - RPA, deve ser respeitada a organização, mobilização e o equilíbrio na distribuição igualitária de equipamentos entre as RPA, respeitando a sua autonomia para viabilizar a implantação de novos equipamentos conforme a sua necessidade.

Seção V

Da Habitação

Art. 31. A Política Municipal de Habitação tem por objetivo universalizar o acesso à moradia com condições adequadas de habitabilidade, priorizando os segmentos sociais vulneráveis, mediante instrumentos e ações de regulação normativa, urbanística, jurídico-fundiária e de provisão.

Art. 32. A Política Municipal de Habitação observará as seguintes diretrizes:

I – integração dos projetos e das ações da Política Municipal de Habitação com as demais políticas e ações públicas de desenvolvimento urbano, econômico e social municipais, intermunicipais, metropolitanas, estaduais e federais, favorecendo a implementação de ações integrais e sustentáveis;

II – diversificação das ações mediante a promoção e apoio à iniciativa da sociedade e à constituição de parcerias, que proporcionem o aperfeiçoamento e a ampliação dos recursos, o desenvolvimento tecnológico e a produção de alternativas de menor custo, maior qualidade e conforto, considerando as realidades física, social, econômica e cultural da população a ser beneficiada;

III – democratização do acesso ao solo urbano e da oferta de terras para a Política Municipal de Habitação a partir da disponibilidade de imóveis públicos e privados, em consonância com os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;

IV – inibição das ocupações em área de risco e *non aedificandi*, através de ação integrada dos setores municipais responsáveis pelo planejamento, controle urbano, defesa civil, obras e manutenção e as redes de agentes comunitários ambientais e de saúde;

V – consolidação dos assentamentos ocupados pela população de baixa renda, mediante sua instituição como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, considerando os requisitos e critérios estabelecidos pela Lei do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS;

VI – regularização da situação jurídica e fundiária dos conjuntos habitacionais implementados pelo município;

VII – adequação das normas urbanísticas às condições sócio-econômicas da população, simplificando os processos de aprovação de projetos e o licenciamento de Habitação de Interesse Social;

VIII – elaboração do Plano Municipal de Habitação conforme as diretrizes fixadas na Conferência da Cidade do Recife;

IX – construção de unidades habitacionais de interesse social na região central e em demais áreas da cidade, em áreas vazias ou subutilizadas e recuperação de edifícios vazios e subutilizados conforme o Estatuto da Cidade;

X – fixação de parâmetros urbanísticos para habitação de interesse social;

XI – oferecimento de serviços de assistência técnica, jurídica, social e urbanística gratuita à população com renda familiar de até três salários mínimos, nos processos de regularização urbanística e fundiária e de áreas ZEIS;

XII – promover, em caso de necessidade de remoção de famílias de área de risco, para execução de obras, equipamentos públicos, ou implantação de infra-estrutura, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas, preferencialmente na mesma região;

XIII – investimento em obras de urbanização e de infra-estrutura, para requalificação de áreas propícias à moradia dos setores populares, com qualidade urbana e ambiental.

Art. 33. O Plano Municipal de Habitação deverá prever:

I - elaboração de diagnóstico sobre as necessidades habitacionais, quantificando e qualificando as demandas por regularização urbanística, jurídico-fundiária e de provisão;

II - definição de indicadores e de parâmetros para avaliação permanente das necessidades, das ações e da qualidade das intervenções;

III - estabelecimento de critérios, prioridades e metas de atendimento.

Art. 34. Habitação de interesse social é toda moradia com condições adequadas de habitabilidade, destinada à população de baixa renda e que atenda aos padrões técnicos definidos pelo órgão competente da municipalidade.

Art. 35. O Município, por lei específica, elaborará Plano de Reassentamento como instrumento de garantia do direito à moradia adequada para população que habita áreas onde for inviável a regularização urbanística e jurídico-fundiária, que deverá prever:

I – as etapas necessárias à recuperação do ambiente desocupado e ao processo de reassentamento desta população para áreas próximas ao assentamento original, assegurando os laços sociais, econômicos e culturais da população afetada com sua vizinhança;

II – participação dos reassentados no processo de planejamento e de implementação da intervenção;

III – transformação do novo assentamento em ZEIS II.

Art. 36. As áreas em situação de risco, de preservação ambiental, destinadas a usos públicos imprescindíveis e as *non aedificandi* são consideradas áreas inviáveis de regularização urbanística e jurídico-fundiária, para efeito desta lei.

Art. 37. O Município criará instrumentos que garantam de fixação da população atendida na área de execução dos programas.

Art. 38. O Poder Público Municipal não aprovará projetos ou executará obras de impacto ambiental sem que sejam consultadas as comunidades afetadas.

Seção VI

Da Segurança Alimentar

Art. 39. A Política Municipal de Segurança Alimentar observará as seguintes diretrizes:

I – qualificação e ampliação das feiras livres com incentivo à comercialização de produtos orgânicos;

II – estruturação dos estabelecimentos comerciais de pequeno porte com vistas à redução dos custos da alimentação na cidade;

III – comercialização de alimentos produzidos por cooperativas;

IV – realização de programas de reutilização de produtos e subprodutos das feiras livres para política alimentar do Município, utilizando-se, quando necessário, de experiências e pesquisas de universidade e organismos afins;

V – conscientização da população quanto à utilização racional, qualidade, higiene e preço dos produtos;

VI – constituição e incorporação de organizações comunitárias para segurança alimentar;

VII – integração metropolitana da cadeia produtiva de alimentos, da produção à distribuição e comercialização;

VIII – desenvolvimento de políticas e de convênios que visem ao estímulo do uso dos terrenos particulares e públicos não utilizados ou subutilizados com o objetivo de combate à fome e à exclusão social, por meio de atividades de produção agrícola urbana e incentivo à organização associativa.

Seção VII

Dos Esportes, Lazer e Recreação

Art. 40. A Política Municipal de Esportes, Lazer e Recreação observará as seguintes diretrizes:

I – consolidação do esporte, do lazer e da recreação como direito dos cidadãos e dever do Estado;

II – garantia do acesso universal e integral às práticas esportivas, promovendo o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;

III – integração da Política Municipal de Esportes, Lazer e Recreação com as demais políticas setoriais;

IV – implantação de programas estruturantes de esporte e lazer voltados ao fortalecimento da noção de cidadania;

V – implementação da prática de esportes nas escolas de ensino fundamental e médio;

V – garantia de acesso aos equipamentos esportivos municipais pelas pessoas com deficiência;

VI – identificação das áreas que necessitam de equipamentos de esporte e lazer, mediante elaboração de diagnósticos e metas de atendimento;

VII – prioridade na implantação e manutenção de unidades esportivas em áreas com população de baixa renda.

Seção VIII

Do Sistema de Defesa Civil do Recife

Art. 41. O Sistema de Defesa Civil do Recife tem por finalidade monitorar e proteger a população, em caráter permanente, das ameaças às condições normais de funcionamento das atividades e da vida na cidade, garantindo o direito natural à vida e à incolumidade.

Art. 42. O Sistema de Defesa Civil do Recife será regido pelo Plano Preventivo de Defesa Civil do Recife – PREVER, instituído na forma da legislação específica.

Art. 43. O Conselho de Defesa Civil do Recife será constituído pelas secretarias municipais e outros órgãos da administração pública, com participação direta da população organizada, oriunda das áreas de risco da cidade, morros e planície, nas ações de Defesa Civil, e terá o papel de estabelecer as políticas, os planos e as bases para o planejamento e a gestão do risco.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA AMBIENTAL URBANA

Seção I

Das normas gerais da política ambiental urbana

Art. 44. A dimensão ambiental urbana é uma questão global e estratégica que deve orientar todas as intervenções no espaço urbano, assegurando ações preventivas.

Art. 45. A Política Ambiental Urbana do Recife é entendida como um conjunto de diretrizes, instrumentos e mecanismos de política pública que orienta a gestão ambiental municipal, na perspectiva de fomentar o desenvolvimento sustentável – alicerçado na justiça social, no crescimento econômico e no equilíbrio ambiental – promovendo, assim, melhorias na qualidade de vida da população.

Art. 46. São objetivos gerais da política ambiental urbana:

I - orientar e dimensionar o envolvimento da política ambiental urbana nas decisões de intervenção e investimentos públicos e privados no Recife;

II - promover e assegurar o desenvolvimento sustentável e a elevação da qualidade do ambiente do Recife, conservando os ecossistemas naturais e construídos, em conjunto com os demais municípios da região metropolitana;

III - incorporar a dimensão ambiental urbana ao desenvolvimento, coordenando as dimensões econômicas, sociais e ecológicas, de modo a reorientar o estilo de desenvolvimento;

IV - orientar os investimentos e as decisões que promovam a recuperação do ambiente degradado, natural e construído, em especial, nos locais onde haja ameaça à segurança humana;

V - direcionar o processo de formação de uma consciência crítica na população, que norteará a sua relação com o meio ambiente, levando-a a assumir o papel que lhe cabe na manutenção e controle da qualidade de vida e do ambiente;

VI - estimular a democratização da gestão municipal, através da adoção de práticas de participação, cooperação e co-responsabilidade, que devem se multiplicar, à medida que se consolidem a consciência ambiental e o zelo para com a cidade;

VII - implementar, com base em critérios e parâmetros técnicos, o controle do ambiente urbano, promovendo as negociações dos agentes sócio-econômicos em torno da ocupação e uso do solo urbano.

VIII - estabelecer zoneamento ambiental compatível com as diretrizes para ocupação do solo;

IX - controlar o uso e a ocupação de margens de cursos d'água, áreas sujeitas à inundação, mananciais, áreas de alta declividade e cabeceiras de drenagem;

X - garantir a manutenção das áreas permeáveis no território do Município;

XI - controlar a poluição da água, do ar e a contaminação do solo e subsolo, e definir metas de redução da poluição;

XII - implementar programas de controle de produção e circulação de produtos perigosos.

Art. 47. A Política Municipal de Meio Ambiente se integra ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, objetivando o fortalecimento da gestão ambiental local, sendo constituída, dentre outros, pelos seguintes instrumentos:

I - a Conferência Municipal realizada a cada dois anos;

- II - a Agenda 21;
- III - o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM;
- IV - o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA;
- V - o Órgão Gestor do Meio Ambiente – OGMA;
- VI - a Brigada Ambiental;
- VII - a Comissão Permanente de Apuração de Infração Ambiental – CIAM;
- VIII - a Legislação Ambiental Municipal;
- IX - o Zoneamento Ambiental;
- X - o Sistema de Unidades Protegidas do Recife;
- XI - o Sistema Municipal de Informações Ambientais;
- XII - os Cadastros dos Espaços Verdes;
- XIII - o Cadastro de Fontes Poluidoras do Recife;
- XIV - o Cadastro Técnico de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;
- XV - a Fiscalização Ambiental;
- XVI - o Licenciamento Ambiental;
- XVII - o Monitoramento Ambiental;
- XVIII - a Auditoria Ambiental;
- XIX - a Avaliação de Impacto Ambiental;
- XX - a Compensação Ambiental;
- XXI - incentivos à recuperação, proteção, conservação e preservação do patrimônio natural;
- XXII - padrões e indicadores ambientais;
- XXIII - sanções ambientais;
- XXIV - Poder de Polícia Administrativa Ambiental;
- XXV - os instrumentos de gestão ambiental estabelecidos nas legislações federal, estadual e municipal, os quais devem se adequar às metas estabelecidas pelas políticas ambientais.

Art. 48. São atribuições do Órgão Gestor do Meio Ambiente:

I - formular o planejamento ambiental e promover, sempre que necessário, a revisão do Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife;

II - realizar a gestão das áreas naturais, observado o disposto na legislação federal;

III - realizar o controle da qualidade ambiental;

IV - promover a educação ambiental;

V - realizar a gestão das áreas verdes da cidade através, especialmente, das seguintes medidas:

a) ampliação das áreas verdes, melhorando a relação área verde por habitante no Município;

b) adequado tratamento da vegetação enquanto elemento integrador na composição da paisagem urbana;

c) gestão compartilhada das áreas verdes públicas de relevante interesse social, paisagístico e ambiental;

d) incorporação das áreas verdes significativas particulares ao Sistema de Áreas Verdes do Município, vinculando-as às ações da municipalidade destinadas a assegurar sua preservação e seu uso;

e) manutenção e ampliação da arborização de ruas, criando faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes;

f) proposição da criação de instrumentos legais destinados a estimular parcerias entre os setores público e privado para implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados;

g) recuperação de áreas verdes degradadas de importância paisagístico-ambiental;

h) criação de programas para a efetiva implantação das áreas verdes previstas em conjuntos habitacionais e loteamentos;

VI - realizar a gestão dos recursos hídricos através, especialmente, das seguintes medidas:

a) instituição e aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos no Município, contribuindo na formulação, implementação e gerenciamento de políticas, ações e investimentos demandados no âmbito dos comitês de bacias dos rios que cortam o município;

b) incentivo à instituição de Comitês de Bacias Hidrográficas;

c) reversão de processos de degradação instalados nos cursos d'água, por meio de programas integrados de saneamento ambiental.

VII - implementação de um sistema de fiscalização integrado, visando ao controle urbano e ambiental que articule as diferentes instâncias e níveis de governo;

VIII - estabelecimento de parcerias com União, Estado, universidades, órgãos do Poder Judiciário e sociedade, visando a ampliar a participação da sociedade e a capacidade operacional do Executivo na implementação das diretrizes definidas nesta lei.

IX - promover a destinação dos bens públicos dominiais não utilizados, prioritariamente, para assentamento da população de baixa renda, instituição de áreas verdes e instalação de equipamentos coletivos;

X - assegurar a preservação e adequada utilização do patrimônio histórico e cultural através, especialmente, das seguintes medidas:

a) realização de programas e campanhas de sensibilização da opinião pública sobre a importância e a necessidade de preservação de seu patrimônio;

b) realização de programas, projetos e ações educacionais nas escolas municipais, acerca do patrimônio histórico e cultural;

c) incentivo à fruição e ao uso público dos imóveis tombados.

XI - promover o ordenamento e controle dos elementos componentes da paisagem urbana, assegurando o equilíbrio visual entre os diversos elementos que a compõem, favorecendo a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano e garantindo ao cidadão a identificação, leitura e apreensão da paisagem e seus elementos constitutivos;

XII - adotar modelos de gestão mais eficientes, em conjunto com a comunidade, para os programas e projetos de pavimentação, drenagem e de manutenção, buscando superar as carências de infra-estrutura das vias públicas, adequando-os à acessibilidade específica de cada via.

§ 1º O planejamento ambiental constitui um processo permanentemente atualizado, baseado em estudos e pesquisas sobre os ambientes natural e construído, devendo compreender as atividades de concepção, análise e adequação de iniciativas (programas, planos e projetos) e dispor de instrumentos voltados à melhoria da qualidade ambiental – integrando as demais atividades do órgão gestor e interagindo com os entes da municipalidade e atores sociais, observado o disposto no Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade como instrumento regulatório e balizador da gestão ambiental, e demais legislações pertinentes.

§ 2º O Poder Público promoverá a gestão integrada participativa das áreas naturais protegidas, para que as pessoas usufruam os benefícios do uso desses espaços, na perspectiva de garantir a convivência vital entre o homem e o meio, e a divisão de responsabilidade na proteção ambiental.

§ 3º O controle da qualidade ambiental engloba atividades de caráter preventivo e corretivo, devendo o Poder Público Municipal priorizar as atividades de caráter preventivo, na perspectiva de evitar a ocorrência de danos ambientais.

§ 4º O controle ambiental preventivo será consolidado, principalmente, através do licenciamento, monitoramento e fiscalização ambientais, cabendo à Brigada Ambiental o exercício do poder de polícia administrativa ambiental.

§ 5º Com a finalidade de coibir ações degradadoras do meio ambiente, as atividades de caráter corretivo se materializam na imputação de penalidades administrativas – como a obrigação de reparação do dano – decorrentes da apuração de infrações ambientais previstas no Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife e em leis esparsas.

§ 6º Todo plano, projeto, programa ou iniciativa ambiental deve necessariamente abordar o tema de educação ambiental, cabendo ao órgão gestor do meio ambiente zelar pela fiel observância desse preceito.

§ 7º O Poder Executivo implementará a política municipal de educação ambiental, em conformidade com a legislação federal, considerando que a educação ambiental é parte essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Seção II

Do saneamento ambiental integrado

Art. 49. A política de saneamento ambiental integrado tem como objetivos atingir e manter o equilíbrio do meio ambiente, alcançando níveis crescentes de salubridade, e promover a sustentabilidade ambiental do uso e da ocupação do solo e a melhoria crescente da qualidade de vida da população.

Art. 50. A gestão do saneamento ambiental integrado deverá associar as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo das águas pluviais, pavimentação, limpeza urbana, instalações hidro-sanitárias, controle de riscos em encostas urbanas por meio de ações de manejo das águas pluviais, controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis e educação sanitária e ambiental.

§ 1º A gestão do saneamento ambiental integrado municipal observará as diretrizes gerais fixadas pelas conferências municipais de saneamento, de Meio Ambiente e de Saúde.

§ 2º Os sistemas de drenagem urbana em todo o território do Município do Recife serão objeto de estudo específico com vistas ao seu financiamento compartilhado, na forma de lei específica.

Art. 51. Para se alcançar os objetivos fixados no art. 49, deverá ser elaborado Plano de Gestão como instrumento da gestão do saneamento ambiental, o qual conterá, no mínimo:

I - diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, resíduos sólidos, manejo das águas pluviais e controle de vetores, por meio da utilização de indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais;

II - metas e diretrizes gerais da política de saneamento ambiental, com base na compatibilização, integração e coordenação dos planos setoriais de água, esgoto, manejo das águas pluviais, resíduos sólidos, controle de riscos ambientais e gestão ambiental;

III - definição dos recursos financeiros necessários à implementação da política de saneamento ambiental, bem como das fontes de financiamento e das formas de aplicação;

IV - identificação, caracterização e quantificação dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, institucionais e administrativos necessários à execução das ações propostas;

V - programa de investimento em obras e outras medidas relativas à utilização, recuperação, conservação e proteção do sistema de saneamento ambiental;

VI - programas de educação sanitária em conjunto com a sociedade para promoção de campanhas e ações educativas permanentes de sensibilização e capacitação dos representantes da sociedade e do governo.

§ 1º O Plano de Gestão de Saneamento Ambiental Integrado deverá articular os sistemas de informação de saneamento, saúde, desenvolvimento urbano, ambiental e defesa civil, de forma a ter uma intervenção abrangente.

§ 2º Todas as obras do sistema viário e de construção de unidades habitacionais executadas pelo Poder Público no Município do Recife deverão contemplar sistema de saneamento integrado, devendo o Plano de Gestão de Saneamento Ambiental Integrado estabelecer mecanismos de controle.

§ 3º O Plano de Gestão de Saneamento Ambiental Integrado conterá diretrizes para a prestação dos serviços de água e esgoto, contendo disposições atinentes ao instrumento contratual adotado, prazos, tarifas, qualidade, compromissos de investimentos, multas, participação da sociedade.

§ 4º As tarifas dos serviços de esgotamento sanitário serão vinculadas às do serviço de abastecimento de água, sempre que possível.

Art. 52. Os projetos de saneamento ambiental integrado que tenham interface com as áreas ZEIS serão discutidos também no âmbito do PREZEIS, a fim de se considerar as especificidades dessas áreas.

Art. 53. O sistema municipal de saneamento ambiental integrado será implementado por órgãos da administração direta e indireta do poder executivo municipal, e por Conselho e Fundo Municipal de Saneamento, garantida a participação da sociedade através dos meios de gestão democrática urbana.

§ 1º Os órgãos municipais, ao implementar as políticas de saneamento ambiental, buscarão a unificação da gestão dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo das águas pluviais.

§ 2º A prestação dos serviços de saneamento ambiental é de interesse local, devendo ser prestado pelo Município, direta ou indiretamente, através de convênios e contratos, sendo vedada a concessão parcial ou total desses serviços a iniciativa privada.

§ 3º Deverão ser implantados mecanismos de controle social sobre todos os serviços prestados no âmbito do Saneamento Ambiental Integrado.

§ 4º Os serviços de operação e manutenção dos Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES e as ações de mobilização social e educação sanitária e ambiental serão executadas através dos Escritórios de saneamento integrado, os quais farão parte do sistema regionalizado de outros setores.

Art. 54. O Município do Recife deverá buscar o desenvolvimento de ações integradas com a União e Estado de Pernambuco, visando a:

I - garantir a oferta dos serviços conforme padrões de eficiência e universalização;

II - revisar o sistema tarifário, adequando-o aos princípios preconizados na Conferência Municipal de Saneamento;

III – atuar de forma conjunta com os demais órgãos e poderes na gestão dos resíduos sólidos, esgotamento sanitário e abastecimento de água de interesse comum, inclusive, para elaborar e implementar os respectivos Planos Diretores para a Região Metropolitana do Recife, devendo, nos assuntos que concernem ao Município do Recife, observar o disposto nesta Lei.

Subseção I

Abastecimento de água

Art. 55. O serviço público de abastecimento de água deverá assegurar a todo munícipe a oferta domiciliar de água para consumo residencial regular, com qualidade compatível aos padrões estabelecidos em planos e programas federais e conforme as normas técnicas vigentes.

Art. 56. O abastecimento de água deverá ser prestado com eficácia, eficiência e controle do uso, de modo a garantir a regularidade, universalidade e qualidade dos serviços.

Art. 57. Ficam definidas como ações prioritárias para o serviço de abastecimento de água:

I - realizar obras estruturadoras e ampliar permanentemente a oferta necessária para garantir o atendimento à totalidade da população do município;

II - adotar mecanismos de financiamento do custo dos serviços que viabilizem o acesso da população ao abastecimento domiciliar;

III - definir mecanismos de controle operacional para garantir a eficácia e eficiência dos serviços, através de lei específica;

IV - definir metas para redução das perdas de água e de programa de reutilização da águas servidas, bem como da utilização da água pluvial para uso doméstico não potável.

Subseção II

Esgotamento sanitário

Art. 58. O serviço público de esgotamento sanitário deverá assegurar à população o acesso a um sistema de coleta e tratamento adequado dos esgotos e águas servidas, objetivando minimizar os altos índices de doenças de veiculação hídrica ou relacionadas ao saneamento, de insalubridade e danos ao meio ambiente.

§ 1º. O esgotamento sanitário abrangerá a coleta e tratamento das águas servidas e matéria fecal resultantes de esgoto doméstico e os resíduos orgânicos e águas residuárias da atividade industrial de diversos tipos, decorrentes do esgoto industrial.

§ 2º. Os sistemas de esgotamento sanitário deverão observar critérios sanitários, sócio-ambientais e de planejamento urbano.

§ 3º. Os sistemas de esgotamento sanitário existentes que não funcionam ou que precisam ser recuperados serão objeto de tratamento especial.

Art. 59. Ficam definidas como ações prioritárias para o serviço de esgotamento sanitário:

I - realizar investimentos visando à interrupção de qualquer contato direto dos habitantes da cidade com os esgotos no meio onde permanecem ou transitam;

II - implantar esgotos nas áreas desprovidas de redes, especialmente naquelas servidas por fossas rudimentares, cujos esgotos são lançados na rede pluvial;

III - ampliar progressivamente a responsabilidade do Poder Público Municipal pela prestação dos serviços de saneamento básico;

IV - criar programa de controle e tratamento especial de efluentes de empreendimentos potencialmente geradores de cargas poluidoras;

V - universalizar a coleta e tratamento de esgoto;

VI - garantir a manutenção plena de todas as unidades operacionais dos sistemas de esgotamento sanitário.

Art. 60. O sistema de saneamento ambiental deverá ser ampliado de modo a garantir, no prazo máximo de 20 (vinte) anos, a eliminação do contato da

população com esgotos domésticos e industriais, priorizando as áreas com população de baixa renda, objeto de tratamento especial.

Subseção III

Manejo das águas pluviais e drenagem urbana

Art. 61. O serviço público de drenagem urbana das águas pluviais do município objetiva o gerenciamento da rede hídrica no território municipal, visando ao equilíbrio sistêmico de absorção, retenção e escoamento das águas pluviais.

§ 1º. O Município do Recife poderá formar consórcios públicos visando à realização conjunta de ações de controle e monitoramento da macro-drenagem das águas pluviais.

§ 2º. O Plano Setorial de Macrodrenagem é um instrumento de planejamento e deverá indicar intervenções estruturais, medidas de controle e monitoramento, definindo critérios para o uso do solo compatível aos serviços de drenagem, considerando as bacias hidrográficas do Recife e de seus Municípios limítrofes.

Art. 62. Nos empreendimentos que possuam áreas superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) o empreendedor deverá apresentar projeto específico de absorção e retenção de águas pluviais de modo a garantir o equilíbrio do sistema.

Parágrafo único. O empreendimento que apresentar área de impermeabilização do lote superior a 50% (cinquenta por cento) da área total, deverá compensar a área impermeabilizada mediante implantação de sistema que garanta a drenagem de 30 l/ m² (trinta litros por metro quadrado) por hora de área impermeabilizada.

Art. 63. Ficam definidas como ações prioritárias no manejo das águas pluviais:

I - definir mecanismos de fomento para usos do solo compatíveis com áreas de interesse para drenagem, como parques lineares, área de recreação e lazer, hortas comunitárias e manutenção da vegetação nativa;

II - implantar medidas de prevenção de inundações, incluindo controle de erosão, especialmente em movimentos de terra, controle de transporte e deposição de entulho e lixo, combate ao desmatamento, assentamentos clandestinos e outros tipos de ocupações nas áreas com interesse para drenagem.

III - investir na renaturalização e melhorias das calhas fluviais e na recuperação dos sistemas de macro e micro-drenagem.

Subseção IV

Resíduos sólidos

Art.64. A política de Gestão de Resíduos Sólidos tem como objetivos:

I - promover a saúde pública;

II - proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente urbano;

III - preservar os recursos naturais.

Art. 65. São diretrizes para a política de Gestão de Resíduos Sólidos:

I - implementar gestão eficiente e eficaz do sistema de limpeza urbana, garantindo a prestação dos serviços essenciais à totalidade da população, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequados dos resíduos remanescentes;

II - estimular e promover programas de educação ambiental para a população;

III - minimizar a quantidade de resíduos sólidos por meio da redução da geração excessiva, da reutilização e reciclagem;

IV - controlar os meios de geração de resíduos nocivos e fomentar a utilização de alternativas com menor grau de nocividade;

V - implementar o tratamento e a disposição final ambientalmente adequados dos resíduos remanescentes;

VI - coibir a disposição inadequada de resíduos sólidos mediante a educação ambiental, a oferta de instalações para a sua disposição, bem como a fiscalização efetiva;

VII - estimular o uso, reuso e reciclagem de resíduos, em especial, ao reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil;

VIII - integrar, articular e cooperar com os municípios da Região Metropolitana do Recife para o tratamento e a destinação dos Resíduos Sólidos;

IX - estimular a gestão compartilhada e o controle social do sistema de limpeza pública;

X - estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a implementação de novas técnicas de gestão, minimização, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;

XI - diminuir a distância entre as fontes geradoras de resíduos e os centros de recepção e tratamento, dividindo a Cidade por regiões e envolvendo outros municípios da região metropolitana.

§ 1º Os programas de educação ambiental visam a destacar a importância do consumo de produtos e serviços que não afrontem o meio ambiente e com menor geração de resíduos sólidos e a relevância da adequada separação na origem, acondicionamento e disponibilização dos resíduos para fins de coleta e fomento à reciclagem.

§ 2º A educação ambiental, a oferta de instalações para a sua disposição, bem como a fiscalização efetiva deverão ser implementados com vistas à disposição adequada de resíduos sólidos.

Art. 66. O plano setorial de resíduos sólidos disporá sobre:

I - áreas para a implantação de aterros sanitários e de resíduos inertes de construção civil;

II - implantação de unidades de tratamento e destinação final e sua implantação;

III - descentralização territorial na prestação dos serviços;

IV - indicadores de qualidade do serviço de limpeza urbana que incorporem a pesquisa periódica de opinião pública;

V - descentralização das atividades de limpeza urbana;

VI - cooperação com os demais municípios da Região Metropolitana do Recife na política de gestão de resíduos sólidos.

Parágrafo único. O plano setorial de resíduos sólidos deverá ser elaborado de forma integrada com o Plano de Gestão de Saneamento Ambiental Integrado.

Seção III

Da acessibilidade urbana

Art. 67. Para todos os efeitos dessa lei, considera-se:

I - acessibilidade urbana a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliário, equipamentos e demais elementos urbanos;

II - mobilidade urbana o resultado de um conjunto de políticas de circulação e transporte que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização da circulação dos pedestres e dos modos de transporte coletivo e não motorizados, de maneira efetiva, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável.

Parágrafo único. Na promoção da acessibilidade urbana, deverão ser observadas as regras específicas previstas na legislação federal, estadual e municipal, assim como nas normas técnicas editadas pelos órgãos competentes, dentre as quais as de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 68. As políticas públicas relativas à acessibilidade e mobilidade urbana devem ser orientadas para a inclusão social, em conformidade com o disposto no artigo 67, com o objetivo de assegurar e preservar os direitos fundamentais da pessoa humana, em especial das pessoas com deficiência

e mobilidade reduzida, respeitando-se as diferenças e características antropométricas e sensoriais da população.

§ 1º Para efeito do disposto no *caput* do art. 68, o Poder Público estabelecerá, mediante decreto, o Plano Municipal de Acessibilidade Urbana, com a participação efetiva de todos os órgãos públicos e instituições afetos à questão, assim como da população e dos segmentos representativos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

§ 2º O Plano Municipal de Acessibilidade Urbana, de que trata o parágrafo anterior, será elaborado pela Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA, a quem competirá a atribuição de órgão gestor de sua implantação.

Art. 69. São diretrizes gerais do Sistema de Mobilidade Urbana do Recife:

I - garantir a mobilidade como condição essencial para o acesso das pessoas às funções urbanas, considerando os deslocamentos metropolitanos, a diversidade social e as necessidades de locomoção de todos os cidadãos, em especial as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;

II - promover a integração das políticas de transporte, trânsito, uso e controle do solo urbano;

III - considerar as calçadas como malha integrada ao Sistema de Mobilidade Urbana, com o objetivo de garantir a circulação e a segurança dos pedestres;

IV - priorizar a circulação dos pedestres e dos veículos não motorizados em relação aos veículos motorizados e dos veículos coletivos em relação aos particulares;

V - estruturar uma rede de transporte público terrestre e hidroviário de passageiros que possibilite a inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

VI - implantar gradativamente ciclovias e ciclorotas para proporcionar a melhoria da qualidade ambiental da cidade e da mobilidade urbana;

VII - introduzir novas tecnologias na implantação dos sistemas de transporte público com o objetivo de promover o desenvolvimento ecologicamente sustentável da cidade e atender às necessidades e demandas de serviços à população;

VIII - promover a acessibilidade ao Sistema de Mobilidade Urbana, a fim de garantir tarifas adequadas no Sistema de Transporte Público de Passageiros;

IX - inibir a fixação de obstáculos e elementos físicos nos sistemas rodoviário, metroviário e ferroviário, através da implementação de infraestrutura de transposição e integração urbana;

X - implantar um Programa Municipal de redução de acidentes no sistema viário e no Sistema de Transporte Público de Passageiros - STPP;

XI - promover a integração da malha viária principal com a malha viária de interesse metropolitano;

XII - garantir a integração das ações desenvolvidas pelo Sistema Estrutural Integrado Metropolitano – SEI e Sistema de Transporte Municipal - STM;

XIII - definir ações de requalificação e preservação dos corredores de transporte metropolitano e urbano principal, com vistas a garantir fluidez e segurança para os pedestres e veículos;

XIV - estabelecer normas e instrumentos de controle urbano e ambiental para inibir a instalação de usos e ocupações geradores de impacto à vizinhança, notadamente no tráfego obstaculizando a livre circulação do pedestre, com vistas a garantir a acessibilidade, a mobilidade urbana, a segurança e a conservação das vias públicas;

XV - executar obras viárias de modo a evitar o congestionamento de tráfego de veículos, e garantir a fluidez do sistema de mobilidade urbana;

XVI - assegurar o controle social, pelos usuários, do Sistema de Mobilidade Urbana, a fim de garantir uma maior participação na definição das políticas e no acesso às informações gerenciais.

Art. 70. Integram o Sistema de Mobilidade Urbana do Recife:

I - Sistema Viário - SV;

II - Sistema de Circulação – SC;

III - Sistema de Transporte Municipal - STM.

Art. 71. O Sistema Viário é constituído pela infra-estrutura física das vias e logradouros que compõem a malha por onde circulam os veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento e o canteiro central.

Parágrafo único. O Sistema Viário é classificado nas seguintes categorias funcionais:

I - Arterial Principal;

II - Arterial Secundário;

III - Coletora;

IV - Local.

Art. 72. Sistema de Circulação é constituído pelas vias terrestres urbanas, ruas, avenidas, logradouros, caminhos e passagens, submetidos à

regulamentação quanto à sua utilização por pessoas, veículos e animais, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Art. 73. O Sistema de Transporte Municipal é constituído pelos serviços de transportes de passageiros e de mercadoria, abrigos, estações de passageiros e operadores de serviços, submetidos à regulamentação específica para sua execução.

Parágrafo único. O Sistema de Transporte Municipal deverá adotar modelo de gestão que propicie a regulamentação de suas atividades, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, publicidade e gestão democrática na prestação dos serviços.

Art. 74. O Sistema de Transporte Municipal observará as seguintes diretrizes:

I - regular todos os serviços de transporte do município com a adoção de modelo institucional e regulatório;

II - investir os recursos financeiros provenientes de concessão ou permissão de linhas de ônibus do Recife na infra-estrutura do sistema de transporte rodoviário de passageiros;

III - garantir meios de participação e gestão democrática nos serviços.

Art. 75. O Sistema de Transporte Municipal terá por objetivos:

I - implantar o Plano Diretor de Transporte do Recife;

II - definir política de estacionamento no sistema viário urbano, sistema de sinalização e orientação de trânsito;

III - ampliar e modernizar o sistema de sinalização e orientação de trânsito;

IV - definir redes cicloviárias;

V - estimular a adequação e adaptação de veículos de transporte público e equipamentos urbanos de apoio aos seus usuários de forma a permitir o acesso de todos com segurança e autonomia.

Art. 76. O Sistema de Transporte Municipal é classificado em:

I - Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP;

II - Sistema de Transporte de Cargas – STC;

III - Sistema Modal de Transporte.

Art. 77. O Sistema Modal de Transporte, de que trata o inciso III do artigo 76, é classificado:

I - segundo a via, em:

- a) transporte terrestre adequado e adaptado;**
- b) transporte hidroviário adequado e adaptado;**
- c) transporte ferroviário. adequado e adaptado;**
- d) transporte aéreo adequado e adaptado;**

II - segundo os meios de propulsão, em:

- a) transporte por veículo automotor;**
- b) transporte por tração animal;**
- c) transporte por veículo de propulsão humana: bicicleta, embarcação a remo e carroça;**

III - segundo a modalidade de contratação, em transporte por fretamento;

IV - segundo a função, em:

- a) transporte de cargas;**
- b) transporte de passageiros;**
- c) transportes especiais: transporte funerário ou transporte de turismo.**

Art. 78. Deverá ser realizada revisão do Plano Diretor de Circulação do Recife, objetivando:

I - o estabelecimento dos meios de controle do tráfego;

II – a segurança das vias;

III – o estímulo à adoção de veículos públicos;

IV – o estabelecimento de parâmetros para o estabelecimento de planos de instalações de estacionamentos no sistema viário urbano;

V – a instituição de um sistema de sinalização e orientação de trânsito;

VI – a definição de redes cicloviárias.

TÍTULO IV

DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

Art. 79. O ordenamento territorial visa à construção de uma sociedade justa, fisicamente ordenada e economicamente sustentável, pressupondo o conhecimento aprofundado da realidade, em que sejam consideradas as especificidades, os principais problemas e as potencialidades do espaço urbano.

Art. 80. A identificação e a definição das diretrizes e dos instrumentos adequados à resolução dos problemas existentes na perspectiva do ordenamento territorial terão por base o reconhecimento das características urbanas evidenciadas.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ESPACIAL

Art. 81. A estrutura espacial do Recife se configura pela distribuição dos seus ambientes naturais, do seu conjunto edificado formal e informal, caracterizado por seus diversos usos e funções, dos sistemas de infra-estrutura e dos equipamentos públicos.

Art. 82. A estruturação espacial deve considerar os seguintes fatores:

I – a rede hídrica da cidade, formada pelos cursos e corpos d'água e entendida, no conjunto dos demais elementos naturais, como o mais importante sistema estruturador do ordenamento territorial da cidade;

II – os maciços vegetais, como forma de assegurar o patrimônio natural existente, promovendo o equilíbrio do ecossistema urbano;

III – as características morfológicas e tipológicas do ambiente construído, em especial as áreas de ocupação espontânea fora dos padrões considerados formais, como forma de respeitar a diversidade sócio-cultural;

IV – os sistemas de saneamento ambiental, como elemento essencial para a melhoria das condições de habitabilidade;

V – os sistemas viário e de transporte, como infra-estrutura integradora das diversas partes da cidade – conectada aos demais municípios metropolitanos – garantindo a mobilidade das pessoas e a circulação dos bens e serviços;

VI – a distribuição dos espaços públicos, equipamentos urbanos e serviços sociais, como meio de promoção de uma maior equidade social e espacial da coletividade;

VII – a localização dos assentamentos populares;

VIII – as áreas de morro com suas características urbanísticas e ambientais e com seu potencial paisagístico e cultural;

IX – a distribuição espacial dos usos e atividades urbanas, com vistas a:

a) garantir a multiplicidade de usos nas diversas partes do território do Município, visando a estimular a instalação de atividades econômicas de

comércio, serviço e indústria, compatíveis com a capacidade da infra-estrutura urbana, considerando a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e contribuindo para a redução dos deslocamentos;

b) reconhecer e conservar espaços de usos predominantemente residenciais, assegurando a manutenção de suas características funcionais e espaciais;

c) promover a requalificação e a dinamização das áreas de centralidades, centros secundários e eixos de atividades múltiplas;

d) potencializar as infra-estruturas e espaços públicos;

e) adequar e direcionar as ofertas de infra-estrutura e serviços urbanos à distribuição físico-espacial das diversas demandas do uso habitacional e das atividades econômicas, garantindo a acessibilidade e co-responsabilizando os diversos segmentos envolvidos na construção da cidade com a justa distribuição do processo de urbanização;

f) potencializar ocupação de áreas para instalação de empreendimentos habitacionais e de atividades econômicas, especialmente os indutores de urbanização, requalificação urbana ou desenvolvimento econômico, com base na infra-estrutura instalada e mediante a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;

g) planejar e estimular a ocupação de áreas não utilizadas e sub-utilizadas, dotadas de infra-estrutura;

h) regular atividades incômodas e empreendimentos de impacto social, ambiental, econômico e urbanístico.

CAPÍTULO II

DA DIVISÃO TERRITORIAL

Seção I

Das normas gerais

Art. 83. Este Plano Diretor fixa divisão territorial, partindo da identificação dos problemas urbanos e do melhor utilização a ser dada às diferentes áreas da cidade.

Art. 84. A divisão territorial tem como finalidade definir as diretrizes e os instrumentos necessários para o desenvolvimento urbano da cidade, buscando, como objetivos gerais, a redução das desigualdades sócio-espaciais e a promoção do controle da densidade e da qualificação ambiental, e como objetivos específicos:

I – a promoção da regulação da ocupação do solo, como forma de controlar o adensamento em áreas com infra-estrutura saturada;

II – a qualificação dos usos que se pretendem induzir ou restringir em cada área da cidade;

III – a indicação de regiões de baixo índice de ocupação humana com potencial para receber novos residentes ou empreendimentos;

IV – a promoção do adensamento compatível com a infra-estrutura em regiões de baixa densidade ou com presença de áreas vazias ou sub-utilizadas;

V – a preservação, a legalização, a recuperação e o sustento das regiões de interesse histórico e ambiental;

VI – a promoção da regularização fundiária;

VII – a urbanização e a qualificação da infra-estrutura e habitabilidade nas áreas de ocupação precária e em situação de risco;

VIII – o fornecimento de bases para o dimensionamento e a expansão das redes de infra-estrutura e para a implantação de equipamentos e serviços urbanos.

Art. 85. Para a consecução do desenvolvimento urbano da cidade, o Município fica dividido em macrozonas, com suas respectivas zonas, considerando:

I – a compatibilidade com as características do ambiente urbano, construído e natural, de forma a integrar as redes hídricas e maciços vegetais, reconhecer as características morfológicas e tipológicas do conjunto edificado e valorizar os espaços de memória coletiva e de manifestações culturais;

II – o reconhecimento das especificidades da distribuição espacial dos usos e atividades urbanas e a diversidade de tipologias, demandas e padrões sócio-econômicos e culturais;

III – a adequação do parcelamento, o uso, a ocupação do solo à disponibilidade de infra-estrutura urbana;

IV – a conjugação das demandas sócio-econômicas e espaciais com as necessidades de otimização dos investimentos públicos e privados e de melhoria e adequação dos padrões urbanos, promovendo a justa distribuição do processo de urbanização.

Seção II

Do Macrozoneamento

Art. 86. O **Macrozoneamento do município, para efeito desta Lei, compreende todo o seu território e considera o ambiente urbano do Recife constituído pelo conjunto de elementos naturais e construídos, resultante do processo de caráter físico, biológico, social e econômico de uso e apropriação do espaço urbano e das relações e atributos de diversos ecossistemas.**

Art. 87. O ambiente urbano é resultado da composição interativa de ambiente construído e ambiente natural que se divide em duas macrozonas, de acordo com o mapa e sua descrição constante dos Anexos 01 e 02 desta Lei:

I – Macrozona do Ambiente Construído - MAC, que compreende as áreas caracterizadas pela predominância do conjunto edificado, definido a partir da diversidade das formas de apropriação e ocupação espacial;

II – Macrozona do Ambiente Natural - MAN, que compreende as áreas caracterizadas pela presença significativa da água, como elemento natural definidor do seu caráter, enriquecidas pela presença de maciço vegetal preservado, englobando as ocupações imediatamente próximas a esses cursos e corpos d'água.

Art. 88. A delimitação da Macrozona do Ambiente Construído - MAC tem como diretriz principal a valorização, a conservação, a adequação e organização do espaço edificado da cidade.

Art. 89. A delimitação da Macrozona do Ambiente Natural - MAN tem como diretriz principal a valorização, a preservação e a recuperação, de forma sustentável e estratégica, dos recursos naturais da cidade.

Seção III

Do Zoneamento

Art. 90. O zoneamento da cidade divide as duas macrozonas em 3 (três) Zonas de Ambiente Construído - ZAC, com ocupações diferenciadas e 4 (quatro) Zonas de Ambiente Natural - ZAN, delimitadas segundo os principais cursos e corpos d'água, definidos nesta Lei e nos mapas e descritivos constante nos Anexos 01 e 02 desta Lei.

Subseção I

Das Zonas de Ambiente Construído – ZAC

Art. 91. As Zonas de Ambiente Construído - ZAC são agrupadas de acordo com as especificidades, quanto aos padrões paisagísticos e urbanísticos de ocupação, as potencialidades urbanas de cada área e a intensidade de ocupação desejada.

Art. 92. Os limites das Zonas de Ambiente Construído - ZAC encontram-se definidos nos Anexos 01 e 02 desta Lei.

Art. 93. As zonas referidas no art. 92 estão divididas em:

I – Zona de Ambiente Construído de Ocupação Restrita - ZAC Restrita, caracterizada pela presença predominante de relevo acidentado com restrições quanto à ocupação, objetivando adequar a tipologia edilícia à geomorfologia da área, encontrando-se subdividida em 4 (quatro) áreas:

a) Zona de Ocupação Restrita I, que compreende os bairros da Cohab (UR), Barro, Ibura e Jordão, de acordo com a delimitação constante dos Anexos 01 e 02 desta Lei;

b) Zona de Ocupação Restrita II, que compreende os bairros do Totó, Sancho, Coqueiral e Tejipió, de acordo com a delimitação constante dos Anexos 01 e 02 desta Lei;

c) Zona de Ocupação Restrita III, que compreende o bairro da Várzea, de acordo com a delimitação constante dos Anexos 01 e 02 desta Lei;

d) Zona de Ocupação Restrita IV, que compreende os bairros de Dois Unidos, Passarinho, Beberibe, Porto da Madeira, Cajueiro, Fundão, Brejo de Beberibe, Brejo da Guabiraba, Córrego do Jenipapo, Macaxeira, Nova Descoberta, Vasco da Gama, Linha do Tiro, Alto José Bonifácio, Morro da Conceição, Alto Santa Teresinha, Água Fria, Bomba do Hemetério, Alto José do Pinho e Mangabeira, de acordo com a delimitação constante dos Anexos 01 e 02 desta Lei.

II – Zona de Ambiente Construído de Ocupação Controlada - ZAC Controlada, caracterizada pela ocupação intensiva, pelo comprometimento da infra-estrutura existente, objetivando controlar o seu adensamento, encontrando-se subdividida em 2 (duas) áreas:

a) Zona Controlada I, que compreende o bairro de Boa Viagem;

b) Zona Controlada II, que compreende os bairros do Derby, Graças, Espinheiro, Aflitos, Jaqueira, Parnamirim, Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro, Santana, Apipucos e Tamarineira, correspondente aos 12 (doze) bairros componentes da Área de Reestruturação Urbana - ARU, de acordo com a delimitação constante dos Anexos 01 e 02 desta Lei.

III – Zona de Ambiente Construído de Ocupação Moderada (ZAC Moderada), caracterizada por ocupação diversificada, facilidade de acessos com potencialidade para novos padrões de adensamento, observando-se a capacidade das infra-estruturas locais, compreendendo os bairros de Torreão, Encruzilhada, Ponto de Parada, Arruda, Água Fria, Fundão, Cajueiro, Campina do Barreto, Peixinhos, Campo Grande, Hipódromo, Rosarinho, Tamarineira, Casa Amarela, Alto do Mandu, Madalena, Torre, Zumbi, Cordeiro, Iputinga, Várzea, Cidade Universitária, Engenho do Meio, Torrões, Curado, San Martin, Bongü, Prado, Ilha do Retiro, Afogados, Mustardinha, Mangueira, Jiquiá, Estância, Jardim São Paulo, Barro, Areias, Caçote, IPSEP, Ibura, Boa Viagem, Imbiribeira, Pina, Brasília Teimosa, Cabanga, Ilha Joana Bezerra, São José, Santo Antônio, Coelho, Ilha do Leite, Paissandu, Boa Vista, Soledade, Santo Amaro e Bairro do Recife, de acordo com a delimitação constante dos Anexos 01 e 02 desta Lei.

Art. 94. As Zonas de Ambiente Construído apresentam objetivos específicos por zona, discriminados a seguir:

I – Zona de Ambiente Construído de Ocupação Restrita - ZAC Restrita:

a) definir política específica que contemple o desadensamento, o reassentamento, o reflorestamento, a mobilidade, a acessibilidade, a segurança físico-social e a valorização da paisagem;

b) estimular a consolidação de tipologias habitacionais específicas para a geomorfologia da área, garantindo o direito à moradia digna;

c) promover a regularização fundiária;

d) implantar mecanismos de combate à retenção imobiliária;

e) estimular a habitação de interesse social;

f) dinamizar as atividades de comércio e serviços locais, incluindo-as nos mecanismos de incentivos econômicos existentes;

g) eliminar a situação de risco das áreas de urbanização precária, especialmente as sujeitas a desmoronamentos e alagamentos, promovendo obras de contenção e reassentamento, quando necessários;

h) implantar espaços e equipamentos públicos voltados à inclusão para o trabalho, esporte, cultura e lazer;

i) promover ações de educação ambiental voltadas para a recuperação, proteção, conservação e preservação do ambiente urbano;

j) priorizar investimentos para a melhoria da infra-estrutura, principalmente saneamento ambiental;

l) exigir a apresentação de laudo geológico e geotécnico do terreno, quando do parcelamento de glebas em áreas de morros e áreas de risco; e

m) delimitar as áreas de encosta, passíveis de serem edificadas, em observância ao Plano Preventivo de Defesa Civil.

II – Zona de Ambiente Construído de Ocupação Controlada - ZAC Controlada:

a) conter o adensamento construtivo;

b) implantar mecanismos de combate à retenção imobiliária;

c) dinamizar as atividades de comércio e serviços locais;

d) promover parcerias entre a iniciativa privada e o poder público com vistas a viabilizar Operações Urbanas Consorciadas;

e) promover a qualificação ambiental com investimentos para melhoria da infra-estrutura, principalmente de saneamento ambiental;

f) incentivar a preservação, a recuperação, a reabilitação e a conservação dos imóveis e dos elementos característicos da paisagem;

g) conservar e implantar espaços de uso coletivo, voltados à inclusão para o trabalho, esportes, cultura e lazer; e

h) valorizar a paisagem urbana através da adoção de recuos de ajardinamento, localizados no afastamento frontal e tratados com vegetação.

III - Zona de Ambiente Construído de Ocupação Moderada - ZAC Moderada:

a) incentivar o padrão de adensamento construtivo, adotando-se potenciais adequados ao equilíbrio da paisagem e à infra-estrutura;

b) dinamizar as atividades de turismo, cultura, lazer, comércio, serviços e negócios;

c) implantar mecanismos de combate à retenção imobiliária;

d) promover parcerias entre a iniciativa privada e o poder público com vistas a viabilizar Operações Urbanas Consorciadas;

e) promover a qualificação ambiental com investimentos para melhoria da infra-estrutura, principalmente de saneamento ambiental;

f) incentivar a preservação, a recuperação, a reabilitação e a conservação dos imóveis e dos elementos característicos da paisagem;

g) implantar mecanismos para a promoção da regularização fundiária;

h) estimular a consolidação e integração do uso de habitações de interesse social;

i) conservar e implantar espaços de uso coletivo, voltados à inclusão para o trabalho, esportes, cultura e lazer;

j) valorizar a paisagem urbana através da adoção de recuos de ajardinamento, localizados no afastamento frontal e tratados com vegetação; e

l) investir na melhoria da infra-estrutura para potencializar a atividade turística e de negócios afins.

Parágrafo único. Os imóveis lindeiros aos canais deverão concentrar no afastamento frontal, a área equivalente à taxa de solo natural, tratada com vegetação.

Subseção II

Das Zonas de Ambiente Natural

Art. 95. As Zonas de Ambiente Natural – ZAN encontram-se definidas em função dos cursos e corpos d'água formadores das bacias hidrográficas e da orla marítima.

§ 1º As zonas referidas no *caput* deste artigo são constituídas por Unidades de Conservação Municipal - UCM, Unidades de Equilíbrio Ambiental - UEA, Corredores Ecológicos Urbanos, Áreas de Preservação Permanente - APP e Setores de Sustentabilidade Ambiental - SSA, nos termos desta Lei e da Lei Municipal nº 16.243, de 13 de setembro de 1996 e suas alterações.

§ 2º Poderão estar inseridas nas ZAN as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - ZEPH, as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, os Imóveis Especiais de Preservação - IEP e os Imóveis Especiais de Interesse Social - IEIS.

Art. 96. O objetivo geral das Zonas de Ambiente Natural - ZAN se constitui em compatibilizar os padrões de ocupação com a preservação dos elementos naturais da paisagem urbana, garantindo a preservação dos ecossistemas existentes.

Art. 97. Os limites das ZAN encontram-se definidos nos Anexos 01 e 02 desta Lei.

Parágrafo único. Os limites a que se refere o *caput* deste artigo, quando localizado nas margens de rios, são os definidos pelas faixas marginais estabelecidas na Lei nº 16.930/03, sendo consideradas integrantes da Zona de Ambiente Natural - ZAN.

Art. 98. Ficam definidas as seguintes diretrizes para as Zonas de Ambiente Natural - ZAN:

I - recuperar áreas degradadas, livres ou ocupadas irregularmente, potencializando as suas qualidades materiais e/ou imateriais;

II - implantar corredores ecológicos urbanos que conectem espaços vegetados, inseridos na malha urbana;

III - garantir padrões sustentáveis de ocupação, respeitando a paisagem peculiar existente;

IV – promover a sustentabilidade da produção eco-comunitária de acordo com a capacidade de suporte dos ecossistemas;

V - integrar as Unidades de Conservação Municipais - UCM e as Unidades de Equilíbrio Ambiental - UEA com os espaços verdes limítrofes aos outros municípios da Região Metropolitana;

VI - valorizar e proteger os elementos construídos, reconhecidos como marcos da paisagem, inseridos nos ambientes naturais;

VII- promover ações de educação ambiental sobre aspectos favoráveis à recuperação, proteção, conservação e preservação do ambiente natural;

VIII - implantar programas de revitalização dos cursos e corpos d'água; e

IX – implantar ciclofaixas e ciclovias como infra-estrutura integradora dos patrimônios natural e construído.

Parágrafo único. Os corredores ecológicos urbanos a que se refere o inciso II deste artigo são as faixas de território que possibilitam a integração paisagística de espaços vegetados e promovem o intercâmbio genético respectivo das populações da fauna e da flora.

Art. 99. As Zonas de Ambiente Natural - ZAN classificam-se em:

I - Zona de Ambiente Natural Beberibe - ZAN Beberibe, composta por cursos e corpos d'água formadores da bacia do Rio Beberibe, caracterizada pela presença de nascentes, mananciais e matas preservadas, sítios, granjas e chácaras;

II - Zona de Ambiente Natural Capibaribe - ZAN Capibaribe, composta pelos cursos e corpos d'água formadores da bacia do Rio Capibaribe, caracterizada pela concentração de ecossistemas da Mata Atlântica preservados e parques públicos urbanos;

III - Zona de Ambiente Natural Tejipió - ZAN Tejipió, composta por cursos e corpos d'água formadores da bacia do Rio Tejipió, caracterizada pela presença de ecossistemas da Mata Atlântica, com atividades de pesca e carcinicultura;

IV - Zona de Ambiente Natural Orla - ZAN Orla, composta pela faixa litorânea, situada entre o limite do município de Jaboatão dos Guararapes e o município de Olinda, caracterizada pela faixa de praia, incluindo as ocupações ribeirinhas e os imóveis de preservação histórica existentes nas margens das Bacias do Pina, Portuária e Santo Amaro.

§ 1º Deverão ser observadas as seguintes diretrizes específicas relativas à Zona de Ambiente Natural Beberibe - ZAN Beberibe:

I - manter as tipologias de ocupação com controle do processo de adensamento onde houver sítios, granjas e chácaras;

II – implantar parques naturais municipais e espaços de convivência, esporte e lazer.

§ 2º Deverão ser observadas as seguintes diretrizes específicas relativas à Zona de Ambiente Natural Capibaribe - ZAN Capibaribe:

I - manter as tipologias de ocupação com controle do processo de adensamento, onde houver sítios;

II – implantar parques naturais municipais, recuperar e requalificar praças.

§ 3º Deverão ser observadas as seguintes diretrizes específicas relativas à Zona de Ambiente Natural Tejiptó - ZAN Tejiptó:

I – adotar o padrão de adensamento construtivo que garanta a manutenção ou melhoria da qualidade ambiental e paisagística;

II – implantar e recuperar as áreas de esporte e lazer existentes.

§ 4º Deverão ser observadas as seguintes diretrizes específicas relativas à Zona de Ambiente Natural Orla - ZAN Orla:

I – ordenar as atividades informais na faixa de praia;

II – promover a valorização e integração entre os patrimônios natural e histórico-cultural.

Subseção III

Das Zonas Especiais, Imóveis Especiais e Unidades Protegidas

Art. 100. As Zonas Especiais – ZE são áreas urbanas que exigem tratamento especial na definição de parâmetros urbanísticos e diretrizes específicas e se classificam em:

I – Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;

II – Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – ZEPH;

III – Zonas Especiais de Dinamização Econômica – ZEDE; e

IV – Zona Especial do Aeroporto – ZEA.

Art. 101. As Zonas Especiais, os Imóveis Especiais e as Unidades Protegidas que estiverem inseridas nas Zonas de Ambiente Construído e nas Zonas de Ambiente Natural deverão obedecer a parâmetros e diretrizes específicas, a serem definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 102. As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS são áreas ocupadas por população de baixa renda constituídas por assentamentos espontâneos, loteamentos irregulares, loteamentos clandestinos, empreendimentos habitacionais de interesse social, imóveis com solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado localizados em áreas dotadas de infra-estrutura urbana, considerados de interesse público para fins de habitação de interesse social e de regularização urbanística e fundiária.

Parágrafo único. Os limites das zonas definidas no *caput* deste artigo são os estabelecidos na legislação específica.

Art. 103. As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS classificam-se em:

I – Zonas Especiais de Interesse Social I – ZEIS I, que são áreas ocupadas pela população de baixa renda, abrangendo assentamentos espontâneos, loteamentos irregulares, loteamentos clandestinos e empreendimentos habitacionais de interesse social, passíveis de regularização urbanística e fundiária e que não se encontram integralmente em áreas de risco ou de proteção ambiental;

II – Zonas Especiais de Interesse Social II - ZEIS II, que são imóveis com solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado situados em áreas dotadas de infra-estrutura e serviços urbanos a serem destinadas, prioritariamente, às famílias originárias de projetos de urbanização.

§ 1º As áreas atualmente consideradas como ZEIS devem ser classificadas como ZEIS I.

§ 2º Constituem áreas prioritárias para transformação em ZEIS I aquelas que estejam participando de projetos de urbanização ou relocação de habitações precárias nos projetos Prometrópole, Capibaribe Melhor e Habitar Brasil BID, além daquelas situadas ao longo da linha do metrô, observadas as disposições da lei que instituiu o PREZEIS.

§ 3º Mediante lei específica, serão identificadas as áreas que integram as ZEIS II.

Art. 104. As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS têm como objetivos específicos:

I - Zonas Especiais de Interesse Social I - ZEIS I:

- a) possibilitar melhores condições de habitabilidade;**
- b) promover a regularização urbanística e jurídico-fundiária,**
- c) inibir a especulação imobiliária e comercial sobre os imóveis situados nessas áreas; e**
- d) incorporar ao limite das ZEIS I os imóveis situados em áreas contíguas, com solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado, com o objetivo de promover Habitação de Interesse Social – HIS.**

II - Zonas Especiais de Interesse Social II - ZEIS II:

- a) promover a implantação de Habitação de Interesse Social – HIS, incluindo equipamentos e espaços públicos; e,**
- b) constituir áreas disponíveis destinadas à relocação de famílias provenientes das áreas de risco, *non aedificandi* e sob intervenção urbanística.**

Art. 105. A Habitação de Interesse Social - HIS é toda moradia com condições adequadas de habitabilidade, destinada à população de baixa

renda, que atenda aos padrões técnicos definidos pelo órgão competente da municipalidade e atendidos os requisitos estabelecidos na Política Nacional de Habitação.

Art. 106. A regularização jurídico-fundiária das áreas consideradas como ZEIS dar-se-á mediante a utilização dos instrumentos de Usucapião Especial do Imóvel Urbano, da Concessão do Direito Real de Uso e da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, preferencialmente em sua forma coletiva.

Art. 107. A regularização fundiária de áreas públicas municipais deverá ser efetuada, preferencialmente, através da utilização da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, observados os dispositivos legais sobre a matéria.

Art. 108. A regularização fundiária de conjuntos habitacionais de interesse social deverá ser promovida através da utilização do instrumento da Concessão de Direito Real de Uso - CDRU.

Art. 109. Nas áreas particulares ocupadas por população de baixa renda consideradas de interesse urbanístico e social para fins de regularização fundiária, o Poder Público Municipal deverá garantir assistência técnica e jurídica gratuita.

Art. 110. O planejamento e a regularização urbanística e jurídico-fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, aprovado de acordo com as disposições do PREZEIS, deverá conter, no mínimo:

I – diretrizes e parâmetros urbanísticos específicos para o parcelamento, uso e ocupação do solo;

II – projeto urbanístico;

III – indicação das intervenções necessárias à regularização fundiária;

IV – delimitação de áreas *non aedificandi*.

Art. 111. As Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – ZEPH são áreas formadas por sítios, ruínas, conjuntos ou edifícios isolados de relevante expressão artística, histórica, arqueológica ou paisagística, considerados representativos da memória arquitetônica, paisagística e urbanística da cidade.

Art. 112. As Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - ZEPH serão delimitadas em leis específicas.

Art. 113. O Poder Executivo poderá instituir novas áreas como Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - ZEPH, levando-se em consideração os seguintes aspectos:

I – referência histórico-cultural;

II – importância para a preservação da paisagem e da memória urbana;

III – importância para a manutenção da identidade do bairro;

IV – valor estético formal ou de uso social relacionado com a significação para a coletividade;

V - representatividade da memória arquitetônica, paisagística e urbanística dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX;

VI - tombamento pelo Estado de Pernambuco;

VII - tombamento pela União Federal.

Art. 114. Deverão ser previstos, para as ZEPH, planos específicos para conservação, restauração ou reabilitação, que garantam as condições de preservação e estímulo à sua revitalização.

Art. 115. Os Imóveis Especiais – IE são imóveis que, por suas características peculiares, são objeto de interesse coletivo, devendo receber tratamento especial quanto a parâmetros urbanísticos e diretrizes específicas.

Art. 116. Os Imóveis Especiais – IE classificam-se em:

I – Imóveis Especiais de Interesse Social – IEIS;

II – Imóveis Especiais de Preservação – IEP.

Art. 117. Os Imóveis Especiais de Interesse Social – IEIS são definidos, para os efeitos desta Lei, como edificações públicas ou privadas, desocupadas, subutilizadas, localizadas prioritariamente em Zona Especial de Dinamização Econômica – ZEDE, visando a atender aos seguintes objetivos:

I – reabilitação de imóveis para a promoção de Habitação de Interesse Social – HIS, incluindo usos mistos;

II – aproveitamento de edificações e de infra-estrutura subutilizada;

III - melhoria das condições de segurança e de habitabilidade de Habitação de Interesse Social – HIS, coletivas ou multifamiliares.

Art. 118. Através de estudos específicos, serão identificados os imóveis definidos no artigo 117, para fins de elaboração de Plano Especial de Ocupação, podendo ser considerada a aplicação dos instrumentos urbanísticos definido neste Plano Diretor.

Art. 119. Os Imóveis Especiais de Preservação – IEP são aqueles exemplares isolados, de arquitetura significativa para o patrimônio histórico, artístico ou cultural da cidade do Recife, cuja proteção é dever do

Município e da comunidade, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal.

Art. 120. Os Imóveis Especiais de Preservação - IEP serão delimitados na legislação específica.

Art. 121. O Poder Executivo poderá instituir outros imóveis como IEP, levando-se em consideração os seguintes aspectos:

- I - referência histórico – cultural;**
- II - importância para a preservação da paisagem e da memória urbana;**
- III - importância para a manutenção da identidade do bairro;**
- IV - valor estético formal ou de uso social relacionado com a significação para a coletividade;**
- V - representatividade da memória arquitetônica, paisagística e urbanística dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX.**

Art. 122. As Unidades Protegidas são espaços legalmente instituídos pelo Poder Público, que exigem definição de usos e diretrizes especiais tendo em vista sua importância ambiental ou paisagística.

Art. 123. As Unidades referidas no artigo anterior classificam-se em:

- I - Unidades de Conservação Municipais – UCM;**
- II - Unidades de Equilíbrio Ambiental – UEA.**

Art. 124. As Unidades de Conservação Municipais – UCM são espaços do território municipal e seus recursos ambientais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Art. 125. As Unidades de Equilíbrio Ambiental - UEA são espaços predominantemente vegetados com função de manter e elevar a qualidade ambiental e paisagística da cidade, constituídos por:

- I - parques, praças e refúgios viários;**
- II - Imóveis de Proteção de Área Verde - IPAV;**
- III - outras áreas previstas em Lei.**

Art. 126. As quadras limítrofes às Unidades de Equilíbrio Ambiental – UEA referentes a praças e refúgios viários são consideradas Setores de Sustentabilidade Ambiental 2 - SSA 2, com o objetivo de promover o equilíbrio ambiental e paisagístico através da preservação das áreas vegetadas dos imóveis.

§ 1º O Setor de Sustentabilidade Ambiental – SSA definido na Lei nº 16.930/03 passará a ser denominado SSA 1.

§ 2º Os Setores de Sustentabilidade Ambiental 2 – SSA 2 referidos no *caput* deste artigo estão delimitados nos Anexos 01 e 02 desta lei;

§ 3º Os imóveis situados nos Setores de Sustentabilidade Ambiental 2 – SSA 2 poderão apenas exportar potencial construtivo, mediante a Transferência do Direito de Construir, ou edificar até o limite do coeficiente básico, definido no artigo 138.

Art. 127. Para os imóveis situados no setor definido no art. 126 cuja ocupação comprometa a sustentabilidade ambiental, deverão ser estabelecidos mecanismos de compensação que garantam a preservação paisagística e ambiental da área em que se localizam, nos termos de lei específica.

Art. 128. O Imóvel de Proteção De Área Verde - IPAV é definido como unidade de domínio público ou privado formado por área verde, integrada por espécies arbóreas ou arbustivas, nativas ou exóticas, cuja manutenção seja essencial à qualidade do meio ambiente.

§ 1º Para o uso e ocupação do solo dos Imóveis de Proteção de Área Verde – IPAV deverão ser mantidos 70% (setenta por cento) da área verde indicada no cadastro municipal.

§ 2º O cadastro referido no §1º será elaborado e atualizado pelo órgão gestor de meio ambiente do município.

Art. 129. O Município deverá instituir o Sistema Municipal de Unidades Protegidas - SMUP, com fundamento no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, previsto pela Lei Federal nº 9.985/2000, que contemplará as atuais ZEPA, UC e os IPAV.

Art. 130. As Zonas Especiais de Dinamização Econômica – ZEDE são definidas como áreas potenciais ou consolidadas cujo objetivo é o fomento às atividades econômicas.

Art. 131. As Zonas Especiais de Dinamização Econômica – ZEDE são classificadas de acordo com a sua configuração espacial em centros e eixos de dinamização urbana, abaixo descritos:

I - Zonas Especiais de Dinamização Econômica I - ZEDE I - São áreas qualificadas, tradicionalmente, como centros de comércio, novas centralidades e entorno das estações de metrô que sofrem processo de degradação urbanístico-ambiental e econômico, subdividindo-se em:

a) Centro Principal – CP, caracterizado pela concentração e complexidade de funções urbanas, com raio de influência urbano-regional;

b) Centros Secundários – CS, caracterizados pela presença do comércio e serviço com raio de influência abrangendo conjunto de bairros;

c) Centros Locais – CL, caracterizados pela presença do comércio e serviço com raio de influência abrangendo o bairro para atendimento de caráter local, de vizinhança.

II - Zonas Especiais de Dinamização Econômica II - ZEDE II - São áreas lineares potencialmente aptas à dinamização e ao adensamento gerados por novas atividades econômicas em especial, os eixos viários existentes na estrutura espacial do município, subdividindo-se em:

a) Eixos Principais – EP - áreas limítrofes aos eixos viários principais, que têm função de atendimento ao tráfego metropolitano e urbano principal e com potencialidade para implementação de corredores exclusivos de transportes;

b) Eixos Secundários – ES - áreas limítrofes aos eixos viários secundários, que têm função de atendimento ao tráfego urbano secundário e com potencialidade para implantação de usos diversificados; e

c) Eixos Locais – EL - áreas limítrofes aos corredores de transportes e com usos diversificados de âmbito local.

Art. 132. As Zonas Especiais de Dinamização Econômica – ZEDE têm como objetivos gerais:

- a) promover a requalificação urbanística e ambiental;
- b) fomentar as atividades econômicas;
- c) proteger o patrimônio histórico e cultural;
- d) melhorar a infra-estrutura existente;
- e) promover programas destinados à habitação;
- f) estimular o uso habitacional e o uso misto dos imóveis;
- g) reabilitar as áreas e imóveis ociosos ou subutilizados;
- h) implantar mecanismos de combate à retenção imobiliária;
- i) promover o ordenamento do comércio informal;
- j) reabilitar ou definir novos Planos de Quadra e de Galerias;
- l) implantar espaços e equipamentos públicos voltados à inclusão para o trabalho, esportes, cultura e lazer;
- m) desenvolver programas de capacitação para o trabalho;
- n) apoiar as atividades das pequenas e micro empresas;

o) garantir a acessibilidade aos equipamentos e à infra-estrutura urbana;

p) elaborar planos urbanísticos específicos por ZEDE.

Art. 133. As Zonas Especiais de Dinamização Econômica – ZEDE têm ainda como objetivos específicos:

I - Zonas Especiais de Dinamização Econômica I - ZEDE I:

a) Centro Principal:

1. reabilitar e conservar o Núcleo Histórico da Cidade;
2. qualificar o Centro Principal gerado no entorno do Shopping Centre Recife;
3. reabilitar e incrementar os Planos de Galerias existentes;
4. criar novos Planos de Quadra e de Galerias;
5. promover programas destinados à habitação;
6. fortalecer as atividades de comércio e serviços de caráter regional e metropolitano;
7. fortalecer mercados de desenvolvimento popular, centralizados, organizando o comércio, as feiras livres e os serviços.

b) Centros Secundários:

1. fortalecer as atividades de comércio e serviços de caráter local e de vizinhança;
2. reabilitar e incrementar os Planos de Galerias existentes;
3. criar novos Planos de Quadra e de Galerias;
4. promover programas destinados à habitação;
5. fortalecer mercados de desenvolvimento popular, centralizados, organizando o comércio, as feiras livres e os serviços.

c) Centros Locais:

1. fortalecer as atividades de comércio e serviços de pequeno porte de caráter local e de vizinhança;
2. desenvolver padrões urbanísticos específicos, compatíveis com o porte dos Centros Locais e que promovam o incremento do uso misto e a melhoria da acessibilidade;
3. criar Planos de Quadra.

II - Zonas Especiais de Dinamização Econômica II - ZEDE II:

a) Eixo Principal:

- 1. implementar corredores exclusivos de transporte coletivo;**
- 2. complementar e orientar a implementação da infra-estrutura urbana;**
- 3. promover a acessibilidade;**
- 4. criar Planos de Quadra e de Galerias.**

b) Eixo Secundário:

- 1. complementar e orientar a implementação da infra-estrutura urbana;**
- 2. promover a acessibilidade;**
- 3. criar Planos de Quadra e de Galerias.**

c) Eixo Local:

- 1. complementar e orientar a implementação da infra-estrutura urbana;**
- 2. desenvolver padrões urbanísticos específicos, compatíveis com o porte dos Eixos Locais que promovam o incremento do uso misto e a melhoria da acessibilidade;**
- 3. criar Planos de Quadra.**

Art. 134. Serão regulamentados em lei específica os parâmetros urbanísticos para as Zonas Especiais de Dinamização Econômica – ZEDE.

Parágrafo único. Deverão incidir sobre as zonas de que trata o *caput* deste artigo os instrumentos urbanísticos da Transferência do Direito de Construir - TDC e da Outorga Onerosa do Direito de Construir sempre que for ultrapassado o coeficiente máximo de construção estabelecido para a zona adjacente.

Art. 135. A Zona Especial do Aeroporto - ZEA compreende a área onde se encontra situado o Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freire e o seu entorno.

Parágrafo único. A delimitação territorial da Zona Especial do Aeroporto – ZEA a que se refere o *caput* deste artigo será objeto de lei específica.

CAPÍTULO III

DOS PARÂMETROS E INSTRUMENTOS

Seção I

Dos parâmetros urbanísticos

Art. 136. O Plano Diretor do Recife, em função da diversidade das Zonas, estabelece os seguintes parâmetros urbanísticos reguladores da ocupação do solo:

I - coeficientes de utilização;

II - gabarito de altura;

III - taxa de solo natural; e

IV – afastamentos.

Art. 137. O coeficiente de utilização é o índice que, multiplicado pela área do terreno, resulta na área de construção permitida em cada zona da cidade, estabelecendo as condições de utilização dos instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários definidos nesta Lei.

Art. 138. Para efeito desta Lei, ficam estabelecidos os seguintes coeficientes de utilização:

I – Coeficiente de Utilização Mínimo: determina a área mínima de construção para se estabelecerem as condições de aplicação dos instrumentos urbanísticos do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, do IPTU progressivo no tempo e da desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública.

II - Coeficiente de Utilização Permanente: é o índice que determina a área de construção que permanecerá vinculada ao imóvel, para assegurar o exercício do direito de uso da propriedade, e que não poderá ser objeto de Transferência do Direito de Construir;

III - Coeficiente de Utilização Básico: é o índice que determina a área de construção permitida para cada zona da cidade, sem acréscimos decorrentes de importação de potenciais através da Transferência do Direito de Construir ou da Outorga Onerosa;

IV - Coeficiente de Utilização de Exportação: é o índice que determina a parcela do coeficiente de utilização básico que pode ser exportada mediante a Transferência do Direito de Construir;

V - Coeficiente de Utilização de Importação: é o índice que, acima do coeficiente de utilização básico, determina a área máxima de construção a ser adquirida através da Transferência do Direito de Construir ou através da Outorga Onerosa;

VI - Coeficiente de Utilização Máximo: é o índice que determina a área total de construção permitida em cada zona da cidade, sendo o resultado do somatório entre o coeficiente básico e as áreas de construção

acrescidas a partir da transferência do direito de construir e da outorga onerosa;

Parágrafo único. Considerar-se-ão, para efeito do disposto nos incisos III e VI, os critérios técnicos adotados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – para definição das áreas privativas do imóvel.

Art. 139. O coeficiente de utilização básico a que se refere o inciso III do art. 138 será definido pelo somatório do coeficiente de utilização permanente com o coeficiente de utilização de exportação, nos termos da seguinte fórmula: $\mu \text{ básico} = \mu \text{ permanente} + \mu \text{ exportação}$.

Art. 140. O coeficiente de utilização máximo a que se refere o inciso VI do art. 138 é o resultado do somatório do coeficiente de utilização básico com o coeficiente de utilização de importação, nos termos da seguinte fórmula: $\mu \text{ max.} = \mu \text{ básico} + \mu \text{ importação}$

Art. 141. Os coeficientes a serem utilizados estão definidos por zona e estabelecidos no quadro abaixo:

ZONAS		COEFICIENTES DE UTILIZAÇÃO – μ					
		μ Mínimo	μ Permanente	μ Básico	μ de exportação	μ de importação (TDC ou outorga onerosa)	μ Máximo
ZAC-R	ZAC-R 1	0,1	1,0	2,0	-	-	2,0
	ZAC-R 2	0,1	1,0	2,0	-	-	2,0
	ZAC-R 3	0,1	1,0	2,0	-	-	2,0
	ZAC-R 4	0,1	1,0	2,0	-	-	2,0
ZAC-C	ZAC-C 1	0,1	1,0	2,0	0,5	1,0	3,0
	ZAC-C 2	0,1	1,0	1,5	0,5	2,0	3,5
		0,1	1,0	1,5	0,5	1,5	3,0
		0,1	1,0	1,5	0,5	1,0	2,5
		0,1	1,0	1,5	0,5	0,5	2,0
		0,1	1,0	1,5	0,5	-	1,5
ZAC-M		0,1	1,0	3,0	2,0	-	3,0
ZAN		0,1	1,0	1,5	0,5	-	1,5
SSA 2		0,1	1,0	2,0	1,0	-	2,0

Art. 142. O Gabarito de Altura é a altura máxima permitida, medida a partir da cota de piso fornecida pelo órgão competente até o ponto máximo da edificação.

Parágrafo único. Na hipótese de o terreno ser inclinado, o gabarito de altura referido no *caput* deste artigo deverá ser medido até o ponto médio da edificação.

Art. 143. A Taxa de Solo Natural é o percentual mínimo da área do terreno a ser mantida nas suas condições naturais, tratada com vegetação e variável por zona.

Art. 144. Os Afastamentos representam as distâncias que devem ser observadas entre a edificação e as linhas divisórias do terreno, constituindo-se em afastamentos frontal, lateral e de fundos.

Seção II

Dos instrumentos de política urbana

Art. 145. Para promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano, serão adotados, pelo Município do Recife, dentre outros, os seguintes instrumentos de política urbana:

I - instrumentos de planejamento:

- a) plano plurianual;
- b) lei de diretrizes orçamentárias;
- c) lei de orçamento anual;
- d) lei de uso e ocupação do solo – LUOS;
- e) lei de edificações;
- f) lei de parcelamento do solo;
- g) planos de desenvolvimento econômico e social;
- h) planos, programas e projetos setoriais;
- i) programas e projetos especiais de urbanização;
- j) plano de regularização das zonas especiais de interesse social;
- l) código do meio-ambiente e do equilíbrio ecológico da cidade do Recife;
- m) planos regionais ou locais;

II - instrumentos jurídico-urbanísticos:

- a) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- b) IPTU progressivo no tempo;
- c) desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- d) outorga onerosa do direito de construir;
- e) transferência do direito de construir;
- f) operação urbana consorciada;

- g) consórcio imobiliário;**
- h) direito de preempção;**
- i) direito de superfície;**
- j) estudo de impacto de vizinhança;**
- l) estudo prévio de impacto ambiental;**
- m) licenciamento ambiental;**
- n) tombamento;**
- o) desapropriação.**

III - instrumentos de regularização fundiária:

- a) instituição de zonas especiais de interesse social;**
- b) concessão de direito real de uso;**
- c) concessão de uso especial para fins de moradia.**

IV. instrumentos tributários e financeiros:

- a) taxas, tarifas e preços públicos específicos;**
- b) contribuição de melhoria;**
- c) incentivos e benefícios fiscais;**
- d) dação de imóveis para fins habitacionais em pagamento de dívida pública.**

V. instrumentos jurídico-administrativos:

- a) servidão administrativa e limitações administrativas;**
- b) concessão, permissão ou autorização de uso de bens públicos municipais;**
- c) contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;**
- d) contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;**
- e) convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;**

VI. instrumentos de democratização da gestão urbana:

- a) Conferência da Cidade;**

- b) Conferência Municipal de Política Urbana;**
- c) Fórum de Políticas Públicas;**
- d) Fórum do PREZEIS;**
- e) Conselho da Cidade;**
- f) Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU da Cidade;**
- g) Conselho do Orçamento Participativo – COP;**
- h) Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM;**
- i) audiência pública;**
- j) iniciativa popular de projeto de lei de diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano.**

Seção III

Instrumentos jurídico-urbanísticos

Subseção I

Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios

Art. 146. São passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, incidência de imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante título da dívida pública os imóveis não edificadas, subutilizados ou não utilizados localizados em toda a Macrozona de Ambiente Construído – MAC e na Macrozona de Ambiente Natural -MAN.

Parágrafo único. Será facultado aos proprietários dos imóveis de que trata este artigo propor ao Poder Executivo Municipal o estabelecimento de consórcio imobiliário nos termos previstos no art. 46 da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

Art. 147. Para fins desta lei, consideram-se:

I - Solo urbano não edificado: os imóveis localizados em toda a Macrozona de Ambiente Construído-MAC e na Macrozona de Ambiente Natural – MAN cujo coeficiente de aproveitamento não atingir o mínimo definido para a zona em que se situam.

II - Imóveis não utilizados: os lotes ou glebas edificadas cuja área construída não seja utilizada há mais de 05 (cinco) anos.

III - Imóveis subutilizados: aqueles cujos coeficientes de utilização não atinjam o mínimo definido por zona, previsto no artigo 138, e que apresentem mais de 60% (sessenta por cento) da edificação sem uso há

mais de 05 (cinco) anos.

Art. 148. Identificados os imóveis nas condições previstas no art. 147, o Município notificará seus proprietários para que promovam, no prazo de um ano:

I - o parcelamento ou edificação compulsórias;

II - utilização efetiva da edificação.

Art. 149. A notificação para os fins previstos no artigo anterior será feita:

I - por funcionários do órgão competente do Executivo ao proprietário do imóvel ou, no caso de pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administrativa;

II - por edital, quando frustradas por 3 (três) vezes as tentativas de notificação na forma prevista no inciso I.

§ 1º A notificação deverá ser averbada no cartório de registro de imóveis.

§ 2º Os proprietários deverão, no prazo máximo de um ano a partir do recebimento da notificação, protocolar pedido de aprovação e execução de parcelamento ou edificação.

§ 3º Apenas por duas vezes poderão ser apresentados pedidos de aprovação de projetos para o mesmo lote.

§ 4º O parcelamento ou edificação deverá ser iniciado no prazo máximo de dois anos a contar da aprovação do projeto.

§ 5º Em empreendimentos de grande porte, excepcionalmente, poderá o parcelamento e edificação compulsória serem realizados em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

§ 6º Os proprietários notificados em virtude da não utilização de edificações de suas propriedades deverão garantir, no prazo de um ano a partir do recebimento da notificação, que as mesmas cumpram sua função social.

Art.150. A transmissão do imóvel por ato *inter vivos* ou *causa mortis* posterior à data da notificação transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização do imóvel, sem interrupção de quaisquer prazos.

Art.151. Nos casos de operações urbanas consorciadas, leis específicas sobre a matéria poderão determinar regras e prazos para adoção dos instrumentos do parcelamento, edificação e utilização compulsória dos imóveis.

Subseção II

Art. 152. Esgotados os prazos previstos nos artigos anteriores sem o cumprimento pelos proprietários das obrigações estabelecidas, o Município fará incidir sobre o imóvel a cobrança do imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo.

§ 1º Após o transcurso do prazo para cobrança do IPTU progressivo, o Município poderá aplicar, de forma progressiva, a alíquota do IPTU vigente no exercício anterior até atingir o limite máximo de 15% (quinze por cento).

§ 2º A aplicação da alíquota progressiva será suspensa imediatamente, a requerimento do contribuinte, a partir da data em que seja iniciado o procedimento administrativo de parcelamento ou iniciada a edificação ou utilização do imóvel, mediante licença municipal, sendo restabelecida em caso de fraude ou interrupção, quando não requerida ou justificada pelo contribuinte.

§ 3º Lei específica disporá sobre os processos de interrupção, suspensão e restabelecimento da instituição de alíquota progressiva e das penalidades cabíveis em caso de dolo ou fraude.

Art. 153. É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva para fazer cumprir a função social da propriedade.

Subseção III

Da Desapropriação com pagamento em Títulos da Dívida Pública

Art. 154. Decorridos 05 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelar, edificar e utilizar os imóveis nos prazos e condições previstas nos artigos anteriores, poderá o Município proceder à desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, na forma prevista no artigo 182, § 4º, inciso III da Constituição Federal e em conformidade com o artigo 8º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

§ 1º Os títulos da dívida pública emitidos após aprovação pelo Senado Federal serão resgatados no prazo de até 10 (dez) anos em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 2º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

Art. 155. Os imóveis desapropriados nos termos das disposições anteriores deverão ser utilizados para fins de urbanização ou edificação de Habitação de Interesse Social - HIS, podendo ser alienados ou concedidos a terceiros através do devido procedimento licitatório.

Parágrafo único. Ficam mantidas para os adquirentes de imóveis nos termos do art. 154 as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas nesta Lei.

Subseção IV

Da outorga onerosa do direito de construir

Art. 156. O Poder Público municipal exercerá a faculdade de outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário, conforme o disposto nos artigos 28, 30 e 31 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade e de acordo com os critérios e procedimentos definidos nos termos de lei específica.

Art. 157. A outorga onerosa do Direito de Construir poderá ser concedida nas zonas especificadas no artigo 138 desta Lei, mediante o pagamento de contrapartida financeira a ser definida através de cálculo estabelecido em lei específica.

Art. 158. Não serão passíveis de cobrança da outorga onerosa do direito de construir:

- I - Habitações de Interesse Social (HIS);
- II - imóveis situados nas ZEPH quando beneficiados por obras de complementação, integração e valorização dos imóveis;
- III - imóveis situados nas Zonas Especiais de Dinamização Econômica - ZEDE, quando destinados a uso misto.

Art. 159. A concessão da outorga onerosa do direito de construir poderá ser negada caso se verifique a possibilidade de impacto não suportável pela infra-estrutura ou o risco de comprometimento da paisagem urbana.

Art. 160. A Outorga Onerosa do Direito de Construir não se aplica na Macrozona de Ambiente Natural – MAN.

Art. 161. Os recursos auferidos com a concessão da outorga onerosa do direito de construir deverão ser aplicados prioritariamente em programas habitacionais de interesse social e de saneamento ambiental.

Subseção V

Da Transferência do Direito de Construir

Art. 162. O Poder Executivo municipal poderá autorizar o proprietário ou detentor do domínio útil de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar mediante escritura pública, o direito de construir, total ou parcialmente, nos termos e condições previstas em lei municipal pertinente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

- I. implantar infra-estrutura, equipamentos urbanos e comunitários;
- II. viabilizar a preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

III. servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;

§ 1º A Transferência do Direito de Construir a que se refere o *caput* deste artigo se dará dentro dos limites do coeficiente passível de alienação indicado na tabela constante no artigo 138 desta Lei.

§ 2º Lei específica definirá os procedimentos para a identificação dos imóveis situados nos setores e zonas descritos nos artigos 126 e 138 desta Lei e as condições de aplicação do instrumento, disciplinando em ato específico a forma dos atos ou certificados que autorizam o seu exercício, os prazos e os registros das transferências do potencial construtivo.

§ 3º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao poder público seu imóvel, ou parte dele, para fins previstos nos incisos I a III deste artigo.

§ 4º O exercício da transferência do direito de construir poderá se dar em outro local passível de receber o potencial construtivo objeto da autorização concedida.

Art. 163. Os imóveis destinados à implantação de equipamentos urbanos e comunitários poderão alienar o potencial construtivo até o limite do coeficiente básico, mediante a transferência do direito de construir – TDC.

Art. 164. Será permitida a utilização do coeficiente máximo de construção, sem que haja a alienação do potencial construtivo, nas seguintes hipóteses:

I –imóveis situados nas ZEPH quando das eventuais obras de complementação, integração e valorização;

II – imóveis destinados à Habitação de Interesse Social - HIS;

III – imóveis transferidos ao Poder Público para fins de empreendimento através de consórcio imobiliário;

IV – imóveis destinados ao uso misto, situados nas Zonas Especiais de Dinamização Econômica - ZEDE.

Art. 165. Os imóveis situados nas Zonas de Ambiente Natural - ZAN poderão alienar o potencial construtivo até o limite do coeficiente de exportação, definido no artigo 138.

Art. 166. Fica vedada a transferência de potencial construtivo para imóveis situados nas áreas dentro do perímetro das operações urbanas consorciadas.

Subseção VI

Das Operações Urbanas Consorciadas

Art. 167. Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Art. 168. Lei municipal específica delimitará as áreas para aplicação de operações urbanas consorciadas, devendo constar do plano da operação:

- I - definição da área a ser atingida;**
- II - programa básico de ocupação da área;**
- III - programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;**
- IV - finalidades da operação;**
- V - estudo prévio de impacto de vizinhança;**
- VI - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios advindos da respectiva operação;**
- VII - forma de controle da operação compartilhada com os municípios;**
- VIII - implementação de programas habitacionais dentro do perímetro da operação ou no seu entorno, em caso da necessidade de remoção ou transferência de moradias;**
- IX - preservação de imóveis ou espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental;**
- X - destinação específica dos recursos oriundos de contrapartidas financeiras decorrentes da operação urbana prevista.**

Art. 169. As Operações Urbanas Consorciadas têm como objetivo implementar projeto urbano e atender às seguintes finalidades:

- I - implantação de equipamentos estratégicos para o desenvolvimento urbano;**
- II - otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reabilitação de áreas consideradas subutilizadas;**
- III - implantação de programas de habitação de interesse social e de regularização fundiária;**
- IV - ampliação e melhoria da rede estrutural de transporte público coletivo;**

V - implantação de espaços e equipamentos públicos;

VI - valorização e conservação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico;

VII - melhoria e ampliação da infra-estrutura e da rede viária;

VIII - requalificação, reabilitação ou transformação de áreas com características singulares;

IX - potencialização da dinâmica econômica e de oportunidades de novas localidades para o uso habitacional.

Art. 170. As operações urbanas consorciadas poderão prever, entre outras medidas:

I - a modificação de índices e características de parcelamentos, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II - a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

Art. 171. Os recursos obtidos pelo Poder Público serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada.

Art. 172. Os imóveis localizados no interior dos perímetros das Operações Urbanas Consorciadas não são passíveis de receber o potencial construtivo transferido de imóveis não inseridos no seu perímetro.

Art. 173. A lei específica que aprovar a operação urbana consorciada poderá prever a emissão, pelo Município, de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias a própria operação.

§ 1º Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação.

§ 2º Apresentado pedido de licença para construir, o certificado de potencial adicional será utilizado no pagamento da área de construção que supere os padrões estabelecidos pela legislação de uso e ocupação do solo, até o limite fixado pela lei específica que aprovar a operação urbana consorciada.

Subseção VII

Do Consórcio imobiliário

Art. 174. Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao poder público municipal seu imóvel e, após a realização das

obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 1º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.

§ 2º O valor real desta indenização deverá refletir o valor da base de cálculo do imposto predial e territorial urbano, descontado o montante incorporado em função das obras realizadas, direta ou indiretamente pelo poder público, na área onde o mesmo se localiza excluídos do seu cálculo expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatório.

Art. 175. O poder público municipal poderá aplicar também o instrumento do consórcio imobiliário para viabilizar empreendimentos habitacionais de interesse social- HIS e intervenções urbanísticas previstas neste plano.

Art. 176. Os consórcios imobiliários deverão ser formalizados através de termos de responsabilidade e participação pactuados entre o proprietário urbano e a municipalidade, visando à garantia da execução das obras do empreendimento, bem como das obras de uso público.

Subseção VIII

Do Direito de Preempção

Art. 177. O Poder Público municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme o disposto nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. O direito de preempção poderá ser exercido em prazo não superior a 5 (cinco) anos, renovável a partir de 1 (um) ano após o decurso do prazo inicial de vigência, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

Art. 178. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

- I – regularização fundiária;
- II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III – constituição de reserva fundiária;
- IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 179. O proprietário de imóvel situado em áreas delimitadas em lei específica, sobre as quais incidirá o direito de preempção, deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel para que o Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, manifeste, por escrito, seu interesse em comprá-lo.

§ 1º À notificação mencionada no *caput* deste artigo, será anexada proposta de compra assinada por terceiro interessado na aquisição do imóvel da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade.

§ 2º O Município fará publicar, em órgão oficial e em, pelo menos, um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida nos termos do *caput* e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

§ 3º A alienação processada em condições diversas da proposta apresentada é nula de pleno direito.

§ 4º Ocorrida a hipótese prevista no §3º, o Município poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

Art. 180. Lei municipal delimitará as áreas e todas as demais condições em que poderá ser exercido o direito de preempção.

Art. 181. O direito de preempção será exercido nos lotes com área igual ou superior a 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados).

Subseção IX

Do direito de superfície

Art. 182. O direito de superfície poderá ser exercido em todo o território municipal, nos termos dos artigos 21, 22, 23 e 24 da Lei Federal Nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e conforme disposições contidas na Lei Nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

Art. 183. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 1º O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo, ou espaço aéreo relativo ao terreno na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

§ 2º A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

§ 3º O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos municipais que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda,

proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário do contrato respectivo.

§ 4º O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos aos termos do contrato respectivo e da legislação aplicável.

Art. 184. O Poder Público poderá conceder onerosamente o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nos imóveis públicas integrantes do seu patrimônio, para fins de concessão de serviços públicos.

Subseção X

Do estudo de impacto de vizinhança - EIV

Art. 185. Empreendimentos de impacto são aqueles, públicos ou privados, que podem causar impacto no ambiente natural ou construído, sobrecarga na capacidade de atendimento da infra-estrutura básica ou ter repercussão ambiental significativa.

Art. 186. São considerados empreendimentos de impactos:

I – as edificações não-habitacionais situadas em terrenos com área igual ou superior a 1,5 ha (um e meio hectare) ou com área construída igual ou superior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados);

II – as edificações habitacionais situadas em terrenos com área igual ou superior a 2,0 ha (dois hectares) ou com mais de 200 (duzentas) unidades habitacionais ou cuja área construída ultrapasse 15.000 m² (quinze mil metros quadrados);

III – as escolas de qualquer modalidade, colégios, universidades e templos religiosos em terrenos acima de 1.000m² (mil metros quadrados), mesmo que não se enquadrem nas condições acima;

IV – os empreendimentos resultantes de desmembramento de imóveis classificados como IPAV, qualquer que seja a atividade a ser destinada ou área construída;

V – os usos que, por sua natureza ou condições, requeiram análise ou tratamento específico por parte do Poder Executivo Municipal, conforme dispuser a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 1º Não se aplicam às habitações de Interesse Social – HIS edificadas pelo Poder Público, nas diversas esferas, as exigências constantes no inciso II deste artigo.

§ 2º Independentemente do disposto nos incisos anteriores e da área construída, são considerados empreendimentos de impacto para os fins previstos no *caput* deste artigo:

a) shopping center;

- b) centrais de cargas;**
- c) centrais de abastecimento;**
- d) estações de tratamento de água e esgoto;**
- e) estações de energia elétrica e similares;**
- f) terminais de transportes rodoviários, ferroviários e aeroviários;**
- g) garagens de veículos de transportes de passageiros;**
- h) transportadoras;**
- i) terminais de carga;**
- j) centros de diversões;**
- l) cemitérios;**
- m) necrotérios;**
- n) matadouros, abatedouros e similares;**
- o) presídios;**
- p) quartéis;**
- q) aterros sanitários e usinas de reciclagem de resíduos sólidos;**
- r) autódromos, hipódromos e similares;**
- s) estádios esportivos;**
- t) Corpo de Bombeiros;**
- u) jardim zoológico, jardim botânico e similares;**
- v) hipermercados;**
- x) centro cultural e academias para a prática de esportes;**
- z) depósitos de inflamáveis, tóxicos e similares.**

§ 3º A aprovação dos Empreendimentos de Impacto fica condicionada ao cumprimento dos dispositivos previstos na legislação urbanística e à apresentação, por parte do interessado, de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV a ser apreciado pelos órgãos competentes da Administração Municipal.

Art. 187. O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá considerar o sistema de transportes, meio ambiente, infra-estrutura básica, estrutura sócio-econômico e os padrões funcionais e urbanísticos de vizinhança e

contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, dentre outros, das seguintes questões:

- I – adensamento populacional;
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI – ventilação e iluminação;
- VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;
- VIII – definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, bem como daquelas potencializadoras dos impactos positivos;
- IX – impactos do empreendimento no sistema de saneamento e abastecimento de água;
- X – proteção acústica e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade à vizinhança;

Parágrafo único. O órgão competente do Poder Executivo municipal poderá exigir requisitos adicionais, em face das peculiaridades do empreendimento ou da atividade, bem como das características específicas da área, desde que tecnicamente justificada.

Art. 188. O Poder Executivo, baseado no Estudo de Impacto de Vizinhança, poderá condicionar a aprovação do empreendimento à execução de medidas, às expensas do empreendedor, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, bem como propor melhorias na infra-estrutura urbana e de equipamentos comunitários, tais como:

- I - ampliação das redes de infra-estrutura urbana;
- II - ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, pontos de ônibus, faixas de pedestres, semaforização;
- III - manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais considerados de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área;
- IV - recuperação ou implantação de áreas verdes.

§ 1º Para a instalação de Empreendimentos de Impacto, os moradores dos lotes circundantes, confinantes e defrontantes serão necessariamente cientificados, através de publicação em Diário Oficial ou jornal de grande

circulação, às custas do requerente, para apresentar oposição fundamentada, no prazo de 15 (quinze) dias, a ser apreciada pelo órgão competente da municipalidade, nos termos da Lei.

§ 2º Dar-se-á ampla publicidade aos documentos integrantes do Estudo de Impacto de Vizinhaça – EIV e do Relatório de Impacto de Vizinhaça – RIV, que ficarão disponíveis para consulta no órgão municipal competente para quaisquer interessados.

§ 3º A elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhaça – EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental do município.

Seção IV

Instrumentos tributários e financeiros

Art. 189. Os Instrumentos tributários e financeiros devem ser utilizados como instrumentos complementares aos instrumentos jurídicos e urbanísticos na promoção do desenvolvimento urbano e do ordenamento territorial, balizada sua aplicação pelas seguintes diretrizes:

I - reduzir os tributos como mecanismo compensatório para a limitação do uso e ocupação do solo nas seguintes áreas:

- a) preservação ambiental, histórico-cultural e paisagística;
- b) de estímulo à implantação de atividades econômicas;
- c) em que haja interesse em ampliar os passeios, por meio de sua continuidade com os afastamentos frontais e o sistema viário, por meio da previsão de recuos de alinhamento.

II - desestimular o adensamento construtivo em áreas com grande concentração de atividades urbanas, mediante a majoração dos tributos;

III - prover a cobrança de contribuição de melhoria, com definição da abrangência, dos parâmetros e dos valores determinados em lei específica, nas áreas de investimento público que motivem a valorização de imóveis.

CAPITULO IV

DOS PROJETOS ESPECIAIS

Art. 190. Os projetos especiais serão definidos para áreas que podem ser objeto de intervenções, que promovam sua requalificação urbana, sua sustentabilidade, com inclusão sócio-espacial e dinamização econômica.

Art. 191. São definidas como áreas com potencialidades paisagísticas, físico-estruturais, culturais e econômicas para implantação de projetos especiais:

- I - margens do Rio Beberibe;

- II - margens do Rio Capibaribe;**
- III - margens do Rio Tejipló;**
- IV - Parque dos Manguezais;**
- V - Ilha do Zeca;**
- VI - Parque do Jiquiá;**
- VII - Mata do Engenho Uchoa;**
- VIII - Bairro do Recife;**
- IX - Santo Amaro;**
- X - ZEIS Santo Amaro/Tacaruna/Vila Naval;**
- XI - Santo Antônio e São José;**
- XII - Boa Vista;**
- XIII - Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga;**
- XIV - Ilha Joana Bezerra;**
- XV - Brasília Teimosa;**
- XVI - Iputinga e Parque Caiara;**
- XVII - Parque Apipucos;**
- XVIII - Jardim Botânico do Recife;**
- XIX - áreas de influência das linhas do metrô.**

Art. 192. Para as áreas destinadas à implantação de projetos especiais deverão ser elaborados planos específicos, considerando os seguintes objetivos:

I - promoção de dinamização econômica através do estímulo a atividades de comércio e serviços; de cultura e lazer; turismo e negócios, em função da vocação específica da área objeto de intervenção;

II - promoção de inclusão sócio-espacial através da requalificação de áreas de urbanização precária, com prioridade para a melhoria da acessibilidade, mobilidade, condições de moradia e regularização fundiária;

III - reassentamento de famílias ocupantes das áreas de preservação ambiental e/ou risco;

IV - reabilitação e conservação do patrimônio histórico da cidade, potencializando a vocação do Recife para Patrimônio Histórico da Humanidade;

V - reabilitação e conservação do meio ambiente, promoção da recuperação, proteção, conservação e preservação das áreas de ambiente natural, garantindo o uso sustentável desse patrimônio para as presentes e futuras gerações;

VI - priorização de investimentos em infra-estrutura, principalmente de saneamento e sistema viário e de transporte;

VII - implantação de mecanismos que viabilizem parcerias entre o poder público e a iniciativa privada;

VIII - promoção da inclusão sócio-espacial da população local através da dinamização econômica com alternativas de trabalho e renda e pela intervenção física nas áreas de urbanização precária.

TÍTULO V

DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO E GESTÃO DEMOCRÁTICA E DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL, URBANO E AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANOPARTICIPATIVO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 193. O Sistema de Planejamento Urbano Participativo e Gestão Democrática do Recife será integrado por órgãos do Poder Público Municipal, Conselhos e Fundos Públicos instituídos por lei, tendo por competência a elaboração, implementação, acompanhamento e controle da política de desenvolvimento urbano, garantida a participação da sociedade por meio dos instrumentos democráticos da gestão urbana.

Art. 194. São princípios norteadores do Sistema de Planejamento Urbano Participativo e Gestão Democrática:

I - integração e coordenação dos processos de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano e ambiental, mediante a articulação dos diversos órgãos que integram a Administração Pública Municipal com os agentes públicos e privados, através dos instrumentos de gestão democrática;

II - participação da sociedade civil no planejamento, acompanhamento, controle social e avaliação das ações.

Art.195. São objetivos do Sistema de Planejamento Urbano Participativo e Gestão Democrática:

I - conferir às ações de execução da política de desenvolvimento urbano e ambiental, eficácia, eficiência e efetividade, objetivando melhorar a qualidade de vida dos munícipes e a habitabilidade no espaço urbano;

II - instituir mecanismos de implementação, acompanhamento, controle e avaliação do Plano Diretor da Cidade e de outros planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento urbano e ambiental da Cidade;

III - garantir a participação da sociedade na formulação, implementação, acompanhamento e controle das ações da política de desenvolvimento urbano e ambiental do Município;

IV - promover a cooperação com os órgãos do governo federal, estadual e municipal e com os demais municípios da Região Metropolitana do Recife no processo de planejamento e gestão de interesses comuns.

Art. 196. O Sistema de Planejamento Urbano Participativo e Gestão Democrática para realização de seus objetivos atuará com os seguintes meios e instrumentos de gestão democrática.

I - Conferência da Cidade;

II - Conferência Municipal de Política Urbana;

III - Fórum de Políticas Públicas;

IV - Fórum do Prezeis;

V - Conselho da Cidade;

VI - Conselho de Desenvolvimento Urbano;

VII - Conselho do Orçamento Participativo;

VIII - Conselho Municipal do Meio Ambiente;

IX - Audiências Públicas;

X - iniciativa popular de projetos de lei.

Art. 197. A gestão democrática da política de desenvolvimento urbano e ambiental consiste no processo participativo da sociedade junto ao Poder Executivo e Legislativo, nas decisões referentes à política de desenvolvimento urbano e ambiental e do Plano Diretor da Cidade.

Art.198. Caberá ao poder público municipal na gestão democrática urbana:

I - induzir e mobilizar as ações de cooperação entre os diversos agentes econômicos e sociais que atuam na Cidade do Recife;

II - articular e coordenar no âmbito de sua competência, as ações dos órgãos públicos estaduais e federais;

III - garantir e incentivar o processo de gestão democrática da política urbana e ambiental, na perspectiva de sua formulação, implementação, gestão participativa, fiscalização e controle social;

IV - coordenar os procedimentos relativos à formulação de planos, programas e projetos para o desenvolvimento urbano e ambiental da Cidade;

V - promover a capacitação técnica de todos os agentes sociais na formulação, implementação e controle das políticas públicas;

VI - garantir o acesso de qualquer interessado nos documentos e informações produzidos.

VII - promover a integração intersetorial entre as instâncias democráticas: conselhos, fóruns, conferências;

VIII - instituir Câmaras Técnicas no Conselho de Desenvolvimento Urbano.

Art. 199. O Conselho da Cidade será constituído por Câmaras Técnicas de Habitação, Saneamento Ambiental, Acessibilidade e Mobilidade Urbana, Controle do Uso e Ocupação do Solo Urbano, garantida a participação da sociedade nos termos da legislação específica.

Art. 200. O Conselho de Desenvolvimento Urbano é órgão colegiado integrado paritariamente por representantes da sociedade, órgãos de classe e do poder público de caráter permanente e deliberativo, cuja composição será definida por lei própria.

Parágrafo único. É proibida a remuneração a qualquer título aos membros integrantes do Conselho de Desenvolvimento Urbano.

Art. 201. O Conselho de Desenvolvimento Urbano poderá convocar o Prefeito, Secretários Municipais ou outras autoridades no âmbito do Município, para prestar esclarecimentos ou informações em assuntos atinentes à política de desenvolvimento urbano e ambiental.

Parágrafo único. A convocação de que trata o artigo anterior deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias de antecedência, especificando o seu objeto.

Art. 202. São atribuições do Conselho de Desenvolvimento Urbano:

I - analisar, participar e deliberar nos processos de elaboração e revisão do Plano Diretor do Recife, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e outros instrumentos de regulamentação em matéria urbanística;

II - apreciar e deliberar sobre assuntos referentes a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da Cidade e do Plano Diretor;

III - acompanhar e avaliar a adoção dos instrumentos jurídico – urbanísticos e administrativo de política urbana e ambiental avaliando seus efeitos e resultados;

IV - apreciar as propostas do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) quanto aos recursos consignados para execução dos planos e programas de implementação da política de desenvolvimento urbano;

V - acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução financeira orçamentária municipal relacionada à consecução dos objetivos do Plano Diretor do Recife;

VI - sugerir ajustes e alterações no Plano Diretor e nos projetos e programas de execução da política de desenvolvimento urbano e ambiental;

VII - acompanhar a elaboração, implementação e monitoramento dos planos setoriais, zelando pela integração com as políticas de controle do uso e ocupação do solo urbano, acessibilidade e mobilidade urbana, saneamento ambiental e habitação;

VIII - convocar, organizar e coordenar conferências relativas à implementação da política de desenvolvimento urbano e ambiental;

IX - fiscalizar a utilização dos recursos advindos dos instrumentos de política urbana e ambiental e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

X - sugerir ajustes e mudanças nos objetivos e diretrizes do Plano Diretor do Recife e em projetos e programas da política urbana.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o CDU poderá solicitar informações aos órgãos da Prefeitura e convocar, quando necessário, autoridades administrativas da municipalidade para prestar informações e esclarecimentos nas sessões de controle, acompanhamento e avaliação da gestão do Plano Diretor do Recife.

Art. 203. São atribuições do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM:

I - estabelecer as diretrizes da política e das ações do Município relativas ao meio ambiente;

II - normatizar, formular, controlar, acompanhar e fiscalizar as ações da política do meio ambiente.

III - apresentar planos e programas de execução da política ambiental;

IV - estabelecer as normas e os padrões de proteção, conservação, melhoria ou manutenção da qualidade ambiental para o Município do Recife, observadas as legislações federal, estadual e municipal;

V - opinar previamente sobre programas anuais e plurianuais de trabalho da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, nas questões pertinentes a sua competência;

VI - opinar sobre a política de uso, ocupação e controle do solo urbano, no que se lhe compete, objetivando a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais;

VI - propor a realização de audiências públicas, na forma da lei pertinente, visando à participação da sociedade nos processos de instalação de atividades potencialmente causadoras de impacto ao meio ambiente;

VII - propor alterações na legislação ambiental visando adequá-la à realidade sócio-econômica do Município;

VIII - propor e deliberar sobre normas e procedimentos complementares, necessários à implantação dos sistemas de fiscalização e licenciamento das atividades nocivas ao meio ambiente, a cargo do Município.

Parágrafo único. A composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente será definida nos termos da legislação específica.

Art. 204. São atribuições do Conselho do Orçamento Participativo:

I - apreciar e apresentar propostas ao Plano Plurianual de Investimento, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual do Município, observando o cumprimento da política de desenvolvimento urbano e ambiental e do Plano Diretor;

II - acompanhar e avaliar a execução financeira e orçamentária anual do município objetivando garantir a execução do plano plurianual de investimentos, opinando sobre eventuais alterações;

III - apreciar e apresentar sugestões acerca da política de arrecadação tributária, no atinente à aplicação dos instrumentos jurídico-urbanísticos previstos pelo Plano Diretor.

IV - apreciar e opinar sobre Plano de Investimentos, em conformidade com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo plano diretor e de acordo com o processo de discussão do orçamento participativo.

Art. 205. A Conferência da Cidade, a Conferência Municipal de Política Urbana, o Fórum de Políticas Públicas, o Fórum do Prezeis, as Audiências Públicas, Conselho do Orçamento Participativo e outros instrumentos de gestão democrática observarão seus regimentos internos e outras normas de organização.

Art. 206. O Sistema de Planejamento Urbano Participativo e Gestão Democrática, por seus diversos órgãos, será coordenado pela Secretaria de Planejamento Participativo, Obras, Desenvolvimento Urbano e Ambiental ou por outro órgão da Administração direta que lhe suceder com igual competência.

Art. 207. Caberá ao Sistema de Planejamento Urbano Participativo e Gestão Democrática coordenar a elaboração do Plano Diretor, de Planos Setoriais, de Planos e Programas Regionais ou Locais e do Orçamento participativo anual.

§1º Os Planos Setoriais, elaborados pelos órgãos competentes da Administração Municipal, deverão conter objetivos, diretrizes, metas, ações e previsão orçamentária por área de atuação e órgãos entidades vinculadas.

§2º Os Planos e Programas Regionais ou Locais deverão conter objetivos, diretrizes, metas, ações e vinculação orçamentária específica, por região político-administrativa e serão elaborados, com a participação com as instâncias do orçamento participativo da região, em consonância com o Plano Diretor, Plano Plurianual e Planos Setoriais, sendo considerados diretrizes para a atuação dos diversos órgãos integrantes do Poder Executivo.

Art. 208. Os procedimentos a serem adotados pelo Sistema de Planejamento Urbano Participativo e Gestão Democrática serão objeto de decreto regulamentador.

Art. 209. O Fundo de Desenvolvimento Urbano, previsto no artigo 103, parágrafo único, inciso XII da Lei Orgânica do Município, será constituído por:

I - receitas provenientes da aplicação dos instrumentos urbanísticos, tributários e financeiros.

II - recursos próprios do Município;

III - transferências inter-governamentais;

IV - transferências de instituições privadas;

V - transferências do exterior;

VI - transferências de pessoa física;

VII - rendas provenientes da aplicação financeira dos seus recursos próprios;

VIII - doações;

IX - outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

§ 1º Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano serão aplicados tendo em vista o plano anual específico a ser aprovado juntamente com a proposta orçamentária.

§ 2º Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano serão utilizados para execução da política de desenvolvimento urbano e ambiental.

§ 3º Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano serão geridos, nos termos da legislação específica, pelo Município do Recife e acompanhada a sua utilização pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL URBANO E AMBIENTAL

Art. 210. Fica instituído o Sistema de Informação Municipal Urbano e Ambiental que terá por objetivo fornecer informações ao planejamento, monitoramento, implementação e avaliação da política de desenvolvimento urbano e ambiental do município e do Plano Diretor, subsidiando a tomada de decisões pelos órgãos gestores.

Art. 211. São objetivos do Sistema de Informação Municipal Urbano e Ambiental:

I - atender aos princípios da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança de dados e informações necessários à implementação da política de desenvolvimento urbano e ambiental;

II - disponibilizar as informações ao público em geral, ressalvadas as situações imprescindíveis à segurança da população e do Município;

III - articular e integrar-se com os demais sistemas de informações e bases de dados, municipal, estadual, nacional e internacional, existentes em órgãos públicos e entidades privadas;

IV - manter atualizados os sistemas de informações e bases de dados necessários ao sistema de planejamento e de gestão democrática urbana;

V - incorporar tecnologias e sistemas apropriados para a melhoria da produtividade e segurança do sistema de informação municipal para o planejamento urbano e ambiental.

Art. 212. O Sistema de Informação Municipal Urbano e Ambiental contará para o desenvolvimento de suas atividades com as seguintes informações e bases de dados:

I - Unidades Territoriais Básicas:

- a) regiões políticas administrativas;**
- b) Microrregiões;**

- c) Bairros;
- d) unidades de desenvolvimento humano;
- e) zonas decorrentes da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor da Cidade do Recife;
- f) áreas de interesse social do Município;

II - Redes de Infra-Estrutura:

- a) Saneamento ambiental;
- b) Sistemas de mobilidade urbana;

III - indicadores sociais e econômicos;

IV - cadastros de infra-estruturas, de logradouros públicos e de levantamento fundiário de áreas de interesse municipal;

V - acompanhamento da implementação do Plano Diretor.

CAPÍTULO III

DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Art. 213. O Plano Diretor do Recife será revisto a cada 5 (cinco) anos ou sempre que mudanças significativas na evolução urbana o recomendarem.

§ 1º. A proposta de revisão será coordenada tecnicamente pela Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental– SPPODUA a quem caberá presidir o processo e constituir Comissão Especial para revisão do Plano Diretor criada através de legislação específica.

§ 2º. O processo de revisão do Plano Diretor do Recife compreenderá a execução de atividades técnicas voltadas para a produção de estudos, diagnósticos e formulação de propostas e atividades estruturadas para a sua discussão com a sociedade.

§ 3º A proposta de revisão do Plano Diretor será apresentada para discussão, em Conferência Municipal própria, com ampla participação dos segmentos governamentais e da sociedade civil.

§ 4º Para a realização da Conferência Municipal será instituída Comissão Organizadora, instituída por ato administrativo do executivo municipal.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 214. Até o final de 2008, o Município deve elaborar a Agenda 21 local, fruto do planejamento participativo para o estabelecimento de um pacto entre o poder público e a sociedade em prol do desenvolvimento sustentável.

Art. 215. O Poder Executivo Municipal, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, deverá submeter à Câmara de Vereadores do Recife, Projetos de Lei Municipal, adequando a legislação urbanística e ambiental às disposições constante na presente lei.

Art. 216. O Poder Executivo Municipal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, deverá enviar à Câmara de Vereadores do Recife Projetos de Lei Municipal instituindo os Planos Setoriais de Políticas Públicas previstos na presente Lei.

Art. 217. Enquanto não editadas as leis específicas disciplinadoras dos institutos da Transferência do Direito de Construir - TDC e da Outorga Onerosa do Direto de Construir, fica permitida para a Zona de Ambiente Construído de Ocupação Moderada – ZAC Moderada, a edificação até o limite do coeficiente de utilização máximo definido para a referida zona e na Zona de Ambiente Construído de Ocupação Controlada – ZAC Controlada, a edificação até o limite do coeficiente de utilização básico definido para a referida zona.

Art. 218. Adotar-se-á para as Zonas Especiais de Desenvolvimento Econômico – ZEDE, o coeficiente de utilização máximo estabelecido para as zonas adjacentes, enquanto não forem editadas as leis disciplinadoras dos institutos da Transferência do Direito de Construir, da Outorga Onerosa do Direto de Construir e não houver a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 219. Deverão ser adotados em caráter transitório, até a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, os parâmetros a seguir relacionados, constantes das Leis Nº 16.176/96 e 16.719/01:

I. Relativamente aos afastamentos das edificações adotar-se-ão as seguintes fórmulas:

a) para ZAC Controlada:

- 1. $Af = Afi + (n-3) 0,25;$**
- 2. $Al = Ali + (n-3) 0,35;$**
- 3. $Afu = Al.$**

b) para as demais Zonas do Ambiente Construído – ZAC, Zonas do Ambiente Natural – ZAN e Zonas Especiais – ZE, exceto ZEIS:

- 1. $Af = Afi + (n-4) 0,25;$**
- 2. $Al = Ali + (n-4) 0,25;$**
- 3. $Afu = Al.$**

II. Os afastamentos mínimos iniciais a serem adotados nas fórmulas definidas nas alíneas “a” e “b” do inciso I deste artigo, serão:

a) Para a ZAC Controlada:

1. Afi = 7,00 m;
2. Ali = 3,00 m;
3. Afu = Al.

b) Para as demais Zonas do Ambiente Construído – ZAC, Zonas do Ambiente Natural – ZAN e Zonas Especiais – ZE, exceto ZEIS:

1. Afi = 5,00 m;
2. Ali = 3,00 m;
3. Afu = Al.

III. Os demais requisitos especiais de afastamentos aplicáveis em todas as zonas que integram o território do Município obedecerão ao estabelecido nas Leis Nº 16.176/96 e 16.719/01.

IV. Relativamente à ZAC Controlada 2, permanecerão os limites dos setores e a classificação da via estabelecidos na Lei nº 16.719/01, respeitados os parâmetros abaixo indicados:

Categoria de dimensionamento das vias	Gabarito (metros lineares)	Setores					
		SRU 1		SRU 2		SRU 3	
		TSN	μ	TSN	M	TSN	M
A	≤ 60	30	3,50	50	3,00	60	2,00
B	≤ 48	30	3,00	50	2,50	60	2,00
C	≤ 24	30	2,50	50	1,50	60	2,00

V. Relativamente às Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – ZEPH, deverá ser obedecido ao determinado no Anexo 11 da Lei nº 16.176/96 e Anexo 8 da Lei nº 16.719/01, e os dispositivos referentes ao coeficiente de utilização, à taxa de solo natural e aos afastamentos para os Setores de Preservação Ambiental – SPA deverão também atender aos das zonas adjacentes a estes setores, indicadas na presente Lei.

VI. Em relação à taxa de solo natural, aplicáveis às Zonas de Ambiente Natural – ZAN e Zonas de Ambiente Construído – ZAC aplicam-se os seguintes parâmetros:

- a) 50% (cinquenta por cento) para as ZAN;
- b) 20% (vinte por cento) na ZAC RESTRITA; e,
- c) 25% (vinte e cinco por cento) nas demais ZAC, exceto na ZAC Controlada 2, que permanecerá o estabelecido no inciso II.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas Zonas Especiais- ZE, poderão solicitar à Comissão do Controle Urbano a aplicabilidade de parâmetros distintos dos previstos nas alíneas “a” e “b” do Inciso I deste artigo para o afastamento frontal dos imóveis, podendo ser observado nesta hipótese o alinhamento dominante na testada da quadra em que se situam.

§ 2º O significado das siglas contidas nas fórmulas previstas nos incisos I e II deste artigo são os seguintes:

1. n = Número de pavimentos;
2. Af = Afastamento frontal;
3. Al = Afastamento lateral;
4. Afi = Afastamento frontal inicial;
5. Ali = Afastamento lateral inicial;
6. Afu = Afastamento de fundos.

§ 3º O disposto na alínea “a” do inciso VI deste artigo não se aplica às Unidades de Conservação Municipal – UCM.

Art. 220. Os atuais limites das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – ZEPH e das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS são os definidos na Lei Nº 16.176/96, Lei 16.719/01 e legislações complementares até a revisão dos citados diplomas legais.

Art. 221. Os Anexos 3 e 11 da Lei nº 16.176/96, 8 da Lei nº 16.719/01, e I da Lei nº 16.284/97 que tratam da identificação das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – ZEPH e Imóveis Especiais de Preservação - IEP continuam em vigor até que sejam alterados nos termos da legislação específica.

Art. 222. Os requerimentos protocolados anteriormente à data de entrada em vigor desta Lei, referentes aos pedidos de Aprovação de Projeto, Licença de Construção, Habite-se ou Aceite-se, serão analisados segundo as leis vigentes à época do seu protocolamento, ou do projeto inicial ou reforma que os motivaram, inclusive as alterações durante a obra dos projetos já aprovados.

Art. 223. O Poder Público Municipal, no prazo de 02 anos, após a entrada em vigor desta lei deverá proceder ao mapeamento e identificação das Zonas Especiais de interesse Social classificadas como ZEIS II.

Art. 224. O Poder Público Municipal, no prazo de 03 anos, após a entrada em vigor desta lei deverá promover a revisão da lei que instituiu o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS.

Art. 225. As Zonas Especiais de Proteção Ambiental - ZEPA 2, instituídas pela Lei Municipal nº 16.176/96, Lei nº 16.609/00, Lei nº 16.719/01 e demais legislações aplicáveis, passam a ser classificadas como Unidades de Conservação Municipais – UCM, nos termos do artigo 123 desta Lei e em observância ao disposto na Lei Federal nº 9.985/2000.

§ 1º As Unidades de Conservação Municipais – UCM, referidas no *caput* deste artigo, serão regulamentadas na forma da legislação específica.

§ 2º Permanecerão em vigor os atuais Decretos regulamentadores para as áreas classificadas como ZEPA 2 pela Lei nº 16.176/96 e demais legislações aplicáveis.

Art. 226. As Zonas Especiais de Proteção Ambiental – ZEPA 1, instituídas pela Lei Nº 16.176/96, passam a ser classificadas como Unidades de Equilíbrio Ambiental – UEA, nos termos do artigo 125 desta Lei.

Art. 227. No prazo de 90 (noventa) dias, a partir de sua publicação, esta Lei deverá ser editada em linguagem Braille.

Art. 228. Ficam revogadas a Lei Municipal Nº 15.547, 19 de dezembro de 1991 e demais disposições em contrário.

Art. 229. Os prazos referidos nesta Lei serão contados a partir de sua vigência, salvo disposição em contrário.

Art. 230. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, de abril de 2006.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
Prefeito do Recife